
Oliveira & Irmão

Relatório e Contas

2011



Índice

I.	Mensagem do Presidente.....	3
II.	Relatório do Conselho de Administração	4
1.	Meio económico envolvente e desempenho da empresa.....	4
2.	Evolução da atividade empresarial.....	7
3.	Estratégia e Evolução Futura	10
4.	Função económica e financeira.....	11
5.	Investigação, Desenvolvimento e Inovação	13
6.	Recursos Humanos.....	15
7.	Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.....	16
8.	Proposta de aplicação de resultados	16
9.	Proposta de comparticipação nos lucros ao Conselho de Administração	16
10.	Política de Dividendos	16
11.	Sector Público Estatal.....	16
12.	Agradecimentos	17
III.	Demonstrações Financeiras Individuais	19
IV.	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Individuais	48
V.	Certificação Legal de Contas – Contas Individuais	49
VI.	Demonstrações Financeiras Consolidadas	51
VII.	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Consolidadas	79
VIII.	Certificação Legal de Contas – Contas Consolidadas	80

Relatório de Gestão

Nos termos do disposto nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais apresentamos, com referência ao exercício económico de 2011, o Relatório de Gestão da sociedade Oliveira & Irmão, SA, com sede na Variante da Cidade, Freguesia de Esgueira, Concelho de Aveiro, pessoa coletiva n.º 500.578.737, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Aveiro sob o mesmo número, com o capital social integralmente realizado no valor de 10.000.000 euros, a que correspondem 2.000.000 ações, no valor nominal de 5 euros cada.

I. Mensagem do Presidente

O ano de 2011 começou relativamente bem na Europa!

Parecia, mais uma vez, que o pior da crise internacional (agora com o nome de “dívida soberana”) estaria ultrapassado e que a economia retomaria lentamente a estabilidade, ainda que característica de tempos de contenção.

Parecia que a economia se reerguia... e que os problemas mais graves (graves, mesmo!) estariam confinados à Grécia. Talvez também Portugal viesse a ser confundido com a Grécia e...

Em Portugal, continuávamos confundidos com tantos e variados sinais contraditórios... e indícios de que os mercados, depois da Irlanda e da Grécia não deixariam de tentar fazer confirmar as suas próprias previsões...

Com a Primavera, Portugal acabou por “cair”, com enorme estrondo interno, e, externamente, com esta queda a ameaçar a Espanha e a Itália!

Esta queda provocou, inevitavelmente, a mudança de governo e de políticas. O resgate veio acompanhado das conhecidas e velhas receitas, agora mais dolorosas, seja pelo estado do paciente, seja pela falta de instrumentos mais imediatos que outrora ajudaram (Portugal e não só) a implementar tais terapias!

Mergulhámos numa depressão económica profunda de que se não vislumbra, por enquanto, saída!

Temos prognósticos e teorias para todos os gostos, dividindo-se os “peritos” entre profecias de maiores desgraças e de amanhã que cantam. No terreno são visíveis as consequências da ortodoxia saxónica e as convicções de quem, por ter dinheiro, fala mais alto! Mas a Europa (toda!) acabou o ano a arrefecer.

O ano de 2011, que começara relativamente bem, acabou, afinal, relativamente mal!

O que nos espera em 2012?

Um Portugal deprimido, de certeza, e uma Europa sem rumo e sem sentido?

Em boa verdade, nós, na empresa, começamos a procurar o escoamento dos nossos produtos para fora da zona euro (que em 2011 absorveu 72,8% da nossa faturação) e para fora da Europa. A Europa já não entusiasma como mercado. Entusiasmará como projeto? A Europa de hoje é muito diferente (social e economicamente) da Europa a que aderimos em 1986! A Europa de 1986, da integração solidária, foi substituída pela Europa de 2012, da punição autoritária!

Nós, nas novas opções e nas novas "travessias" que encetámos, esperamos saber encontrar o caminho das pedras!

II. Relatório do Conselho de Administração

1. Meio económico envolvente e desempenho da empresa

a) Análise de 2011

Em termos genéricos, o ano de 2011 foi incaracterístico e irregular.

As confusões e, sobretudo, as dúvidas insistentemente repetidas, à volta da sustentabilidade (e continuidade) do projeto europeu e da sobrevivência do Euro (com a degradação da confiança nas economias do Sul da Europa e o resgate a Portugal) tiveram inevitáveis reflexos no ambiente económico.

Se no final do ano as coisas acalmaram do ponto de vista financeiro (com muito menor especulação sobre o fim do Euro), a verdade é que, em termos económicos, as coisas se degradaram com um notável arrefecimento da atividade, sobretudo nos países do Sul da Europa.

No que toca a Portugal foi um ano mau (o primeiro de uma nova série?) em que a atividade económica se degradou continuamente pelas razões por demais conhecidas.

É ainda verdade que, política e economicamente, a Europa está enfraquecida e isso não pode deixar de ter reflexos na nossa atividade económica. Para nós, que vínhamos centrando a nossa atividade na Europa, as dúvidas e nuvens sobre a Europa não podem deixar de ser um sinal preocupante, que temos de saber ler e interpretar e, sobretudo a que temos saber reagir.

Mercado Interno

A economia nacional assistiu a uma genérica (e deliberada, em função do plano de resgate e consequente intervenção externa) travagem a fundo, com redução em todos os sectores, mas com particular incidência no sector da construção, eleito o patinho feio e causa de todos os males.

De qualquer modo as condições do plano de resgate, que aposta numa forte redução de consumo, não poderiam deixar de condicionar a atividade económica nacional e, por essa via, a vida da empresa.

Mercado Externo

O ano dividiu-se em dois períodos. O primeiro período, até ao Verão e um segundo período do Verão ao final do ano.

No primeiro período verificou-se um ligeiro e genérico aumento de atividade em comparação com o ano anterior, não obstante problemas confinados a localizações geograficamente identificadas. No segundo período, de Setembro a Dezembro, verificamos um generalizado abrandamento da atividade, abrandamento este centrado no Sul da Europa. Terminamos, assim, o ano com preocupantes sinais de abrandamento da atividade com inevitáveis consequências no desempenho da empresa.

Este abrandamento (europeu) fez-nos acelerar a implementação (já então em curso) de medidas tendentes a intensificar a procura de negócios fora da Europa e, por essa via, procurar, não só, diminuir a nossa dependência do mercado europeu, mas também procurar compensar fora da Europa o volume de negócios que tememos vir a perder neste mercado.

Inevitavelmente esta adaptação a novos mercados (novos hábitos e novas normas) e novos clientes é um processo caro e laborioso, com resultados demorados.

b) Conclusão e resumo dos principais dados económicos do exercício

A conjuntura acima descrita influenciou, naturalmente, o desempenho da empresa. As vendas globais diminuiram 5,10%.

Analisando a evolução das vendas e dividindo entre mercado interno e mercado externo, temos:

- Mercado interno: diminuição de 20,2%
- Mercado externo: crescimento de 2,1%

Por atividades as vendas totais, no valor de 43.471.183 euros, dividiram-se da seguinte forma:

Prod./Mercado	Interno	Externo	Total
Produtos	7.472.823	30.742.875	38.215.699
Mercadorias	3.962.659	922.825	4.885.484
Apartamentos	370.000	0	370.000
Total	11.805.482	31.665.701	43.471.183

A atividade relacionada com produtos industriais representou 87,9% das vendas e a atividade relacionada com a venda de mercadorias 11,2%. Os restantes 0,9% dizem respeito da atividade imobiliária. Por mercados a divisão é de 27,2% referente ao mercado interno (32,3% em 2010), ao passo que 72,8% são vendas para o mercado externo (67,7% em 2010).

Em termos de rentabilidade, tivemos uma diminuição, com um resultado líquido anual de 1.383.867 euros. Para este resultado contribuíram os seguintes fatores:

- Evolução negativa dos resultados das participadas.
- Ligeira diminuição do volume de negócios (mesmo assim com valores próximos dos do exercício anterior).
- Aumento da margem bruta pelo efeito positivo dos trabalhos realizados com o objetivo de diminuir o custo de alguns produtos, que permitiu absorver parte do efeito da subida de preço de algumas matérias-primas ao longo do ano. A margem bruta atingiu 47,8% (contra 46,6% no ano anterior).
- Continuação do trabalho de reorganização dos processos internos, com particular incidência no processo produtivo (a extensão a outros processos, em curso, ainda não deu os resultados esperados).
- Continuação da implementação de medidas de racionalidade económica e até de alguma austeridade permitiram em algumas áreas reduzir custos, potenciando desta forma o resultado obtido.

c) Perspetivas da evolução para 2012

Mercado Interno

As nossas expectativas para o mercado nacional, para 2012, dada a evolução recente da economia nacional, não podem ser boas! Todos os indicadores apontam para um ano negativo! A atividade económica em geral, pelas razões por demais conhecidas, vai experimentar uma forte contração.

Nas atividades ligadas à construção essa contração será bem superior à da economia em geral, pelo que prevemos uma significativa diminuição do volume de negócios, diminuição que poderá rondar os 20%.

Esta diminuição terá como causas, não unicamente o oficialmente desejado abrandamento da construção, mas também o previsível aumento de problemas de liquidez (intrínseco à atividade ou induzido por fatores externos à atividade) e cobranças o que pode ainda potenciar de forma acrescida a quebra de atividade.

Em face de quanto acima dito, prevemos uma evolução negativa do volume de negócios em Portugal. Uma eventual melhoria da atividade nos PALOPs (se conseguirmos ultrapassar alguns dos habituais condicionalismos e entraves aos negócios nestes países), se acontecer, não será suficiente para compensar a quebra em Portugal.

Mercado Externo

As nossas previsões para a evolução das vendas na exportação seriam, em condições normais, de crescimento de cerca de 10%, crescimento este que adviria de pequenos ganhos de quota nos mercados onde já estamos presentes, a que somaríamos vendas em novos mercados.

Se os mercados onde atuamos tiverem um comportamento estável, e porque pensamos, não só melhorar a nossa quota de mercado em alguns países, mas contamos também com a melhoria de desempenho de alguns clientes, a que se juntaria ainda a entrada em novos mercados. De facto devemos alargar o universo geográfico das nossas vendas.

Porém os primeiros sinais do ano não são os melhores, porquanto indiciam um forte abrandamento em países com um peso importante nas nossas vendas (nomeadamente França e Itália). De qualquer modo, contamos crescer na exportação, mas precisamos de acelerar a implementação de medidas tendentes a diversificar geograficamente a nossa atuação.

2. Evolução da atividade empresarial

a) Análise do exercício de 2011

Distribuição nacional e Palop's

As vendas deste processo (que incluem as vendas em Portugal e Palop's das mercadorias que compramos e dos produtos fabricados) apresentaram, em 2011, um decréscimo de 10,3% relativamente a 2010.

A análise da evolução das principais famílias de produtos aponta para uma significativa quebra de vendas dos bens importados e relativa estabilidade das vendas dos produtos fabricados. Nestes, o crescimento em algumas subfamílias compensou as perdas noutras.

De referir que a atividade comercial pura (importação e distribuição) perdeu peso no total da atividade da empresa, passando a representar 11,2%.

Nos Palop's a evolução das vendas foi positiva, com um aumento de vendas em Cabo Verde e Moçambique. O valor total das vendas nos Palop's representa 6,0% do total das vendas deste ramo de negócio e 1,5% do total das vendas da empresa (sendo porém de considerar que algumas das vendas realizadas nestes mercados acabam por ser faturadas a empresas sediadas em Portugal, pelo que (nas nossas estatísticas) não figurem como vendas aos PALOP's.

Exportação (e vendas a cerâmicas nacionais)

As vendas desta unidade de negócio, responsável pelas vendas no mercado externo (e nas cerâmicas nacionais) de produtos fabricados, tiveram um crescimento de 1,0% o que significa um desempenho bastante abaixo do que prevíamos no início do ano (prevíamos um crescimento na ordem dos 10%).

Mercado Interno (vendas às empresas de cerâmica sanitária)

Razões de vária ordem (vicissitudes várias do mercado interno e eventual diminuição da exportação dos nossos clientes nacionais) levaram a que estas vendas caíssem de modo significativo (-17,2%).

Mercado externo

As vendas de produtos industriais para o mercado externo apresentaram um crescimento de 3,0%. Em termos geográficos a evolução foi irregular, com alguns mercados com desempenho muito acima da média, enquanto que outros mercados diminuíram. Na parte final do ano começaram a evidenciar-se problemas específicos em alguns mercados.

Analisando a evolução dos valores de vendas por famílias, podemos referir que as vendas de autoclismos exteriores cresceram cerca de 1,8%, as vendas de autoclismos interiores, com e sem estrutura, apresentaram uma diminuição de 2,2% e as vendas de componentes para autoclismos tiveram uma diminuição de 2,3%.

Em termos de margem, devido à subida das matérias-primas (que já se vinha verificando no final do exercício anterior) e à impossibilidade de refletir estes aumentos no mercado, perdemos cerca de 2pp na margem bruta (este facto acabou por condicionar os resultados económicos da empresa).

b) Perspetivas da atividade empresarial para 2012

Atividade Comercial (Mercado Nacional e Palop's)

Mercado Nacional

A evolução económica do País no ano passado e a degradação do ambiente económico e político verificado no início deste ano fazem-nos pensar que assistiremos a uma diminuição das vendas da atividade comercial, seja pela evolução quantitativa do mercado (menos obras e menos consumo), seja pela evolução qualitativa (degradação da situação económica e financeiro dos agentes económicos do sector).

Naturalmente vamos procurar minimizar estes efeitos do mercado, tentando manter o volume de vendas o mais próximo possível do valor de 2011, sem aumentar o risco na área das cobranças.

A evolução esperada da economia nacional é má. Este fator condicionará, inevitavelmente, o desempenho das vendas no mercado nacional. Prevemos uma quebra de 20%.

Palop's

As vendas para os Palop's devem crescer e devem, sobretudo, aumentar o peso no total das vendas da empresa. Vamos dar uma nova e redobrada atenção a estes mercados. Estando toda a economia nacional a agir desta forma, o desempenho poderá não ser proporcional ao esforço que vamos desenvolver, mas contamos com estes países para, de algum modo, atenuar os efeitos da crise nacional. De referir que este desejado crescimento só será possível se conseguirmos ultrapassar o problema das cobranças das vendas para estes mercados

Atividade Industrial

Mercado Interno

A esperada evolução negativa da economia nacional não permite pensar que as vendas cresçam em Portugal em 2012.

Mercado Externo

- Autoclismos exteriores - as vendas de autoclismos exteriores deverão diminuir. Os mercados onde, tradicionalmente, colocamos maiores quantidades destes produtos vão enfrentar alguns problemas económicos o que somado à acrescida concorrência de produtos de baixo preço com origem nos países de leste, influenciará decisivamente o desempenho nesta área. O esperado aumento noutros mercados não será suficiente para compensar as perdas naqueles, pelo que ocorrerá uma diminuição (que esperamos pequena) da quantidade vendida em 2012.

- Autoclismos interiores - as vendas de autoclismos interiores deverá aumentar, sobretudo se for bem-sucedido o nosso esforço de diversificação de mercados e tipologia de clientes. Se por um lado procuraremos intensificar a nossa estratégia de parcerias com clientes industriais, mesmo se estes se mostram, cada vez mais, sensíveis ao preço, por outro lado queremos fazer novos clientes (em novos mercados) na distribuição tradicional.
- Componente para autoclismos – o mercado de componentes para autoclismos apresenta, nalguns dos países onde vendemos, alguma instabilidade originada por uma forte pressão de preço movida por alguns dos nossos concorrentes (europeus!) que se abastecem no oriente numa base de subcontratação. Admitimos que estas “novidades” nos possam trazer alguns problemas acrescidos, em termos de concorrência, mas contamos, em 2012, crescer ligeiramente, também pela via de diversificação de mercados.

3. Estratégia e Evolução Futura

Em linhas gerais a nossa estratégia para os próximos anos passa por consolidarmos as melhorias operadas no processo industrial e estende-las (com a mesma metodologia) aos demais processos. Temos em curso um projeto de melhoria do processo de concepção, com o apoio do Instituto *kaizen*, mas estas ações de melhoria deverão ser estendidas, com determinação, a todos os processos da empresa.

O nosso objetivo é conseguir uma organização mais flexível e mais competitiva.

Em termos financeiros, a nossa estratégia passa por continuar a redução de endividamento bancário na continuação do que tem vindo a ser concretizado nos últimos anos.

Em termos de negócio, e dividindo por atividades, temos:

Atividade Comercial

As recentes alterações da economia portuguesa obrigam-nos a repensar todo o negócio da atividade comercial.

Os últimos anos têm sido de instabilidade e contração do consumo, a que se somam alterações substanciais na organização do mercado que temos a jusante.

Teremos de procurar a melhor maneira de nos adaptarmos, rapidamente, às novas condições e à nova realidade do mercado, procurando manter a importância estratégica desta atividade.

Atividade Industrial

Os resultados conseguidos na reorganização dos nossos processos levam-nos a prosseguir, ainda com maior determinação, o labor de reorganização de todos os processos, como acima referido.

Em termos de meios de produção continuaremos a renovação de alguns dos equipamentos mais obsoletos (tendo também em vista a componente de melhoria de consumo de energia), de modo a podermos melhorar a produtividade e qualidade. Igualmente continuaremos a melhorar (em termos genéricos, mas sobretudo em termos de segurança passiva e ativa, nomeadamente na segurança contra incêndios) o ambiente fabril, a par com a reorganização do *layout* produtivo de modo a termos um processo cada vez mais integrado e flexível.

Em termos de produtos prevemos uma progressiva introdução de produtos mais apelativos pelo design (cada vez mais importante nalgumas famílias de produtos e mercados) e mais inovadores. Procuraremos que os novos produtos se diferenciem da concorrência pela inovação e por novas funções que acrescentem valor e nos permitam melhorar o preço médio de venda,

No que toca à estratégia de posicionamento e vendas no mercado, vamos procurar diversificar geograficamente os nossos mercados. A perda de velocidade da Europa obriga-nos a procurar destinos alternativos para as nossas vendas. A par de uma maior pressão nos mercados do Médio Oriente, estamos a procurar parcerias e clientes na América do Sul.

Contamos, já este ano, conseguir resultados práticos desta nossa nova reorientação geográfica e contamos conseguir suprir (e mesmo ultrapassar já este ano) as quebras de vendas que, inevitavelmente, teremos na Europa.

4. Função económica e financeira

Em 2011 mantivemos a determinação de desalavancagem do passivo bancário da empresa e das empresas participadas cuja tesouraria deficitária acabou por estar dependente da tesouraria da empresa-mãe. No conjunto foi possível manter o desempenho desta variável que permanece estratégica no desempenho da organização e do grupo.

Os gastos de financiamento podem não traduzir este esforço de redução do endividamento devido ao facto de o sistema bancário vir aumentando sucessivamente o custo das operações de financiamento, nomeadamente de curto prazo e também devido ao facto de a empresa ter ainda em vigor um conjunto de contratos de cobertura de taxa de juro contratados até meados de 2008, altura em que as taxas de juro estavam em valores muito elevados.

Destacamos ainda a descida do nosso passivo em 4% face ao ano anterior e um reforço dos capitais permanentes que passaram a representar 72% em 2011 face a 63% em 2010. Esta alteração resulta de um esforço que estamos a fazer no sentido de obter uma mais equilibrada estrutura de capitais.

Custos e margens de comercialização

Como já foi referido o valor de vendas diminuiu cerca de 5%. Se não considerarmos o impacto da atividade imobiliária esta quebra foi somente de 2%.

Em termos de margem bruta sobre as vendas em 2011 este valor foi de 47,8%, ligeiramente superior ao de 2010, justificado pelo desempenho menos bom da atividade imobiliária em 2010. Se retirarmos o impacto desta atividade imobiliária da equação a margem bruta reduziu ligeiramente de 2010 (48,6%) para 2011 (48,2%). Este desempenho deveu-se à subida das matérias-primas nos mercados internacionais, não tendo a empresa conseguido fazer refletir este aumento nos preços de venda na íntegra, para não comprometer a sua competitividade. Esta diminuição foi ainda suavizada pelo facto da empresa ter apostado em produtos de maior valor acrescentado e ter conseguido ao mesmo tempo diminuir os custos de transformação dos produtos, por intermédio das várias ações de melhoria contínua que tem vindo a desenvolver e pela adoção cada vez mais transversal dos métodos e técnicas *kaizen* e de *lean manufacturing*.

Investimentos

Tal como aconteceu no ano anterior, em 2011 realizamos os investimentos essenciais ao desenvolvimento e ao garantir da sustentabilidade do negócio assentes em dois pilares estratégicos:

- a) Garantir o desenvolvimento de novos produtos e a melhoria de produtos existentes;
- b) Garantir uma capacidade produtiva de acordo com os projetos em curso e as necessidades dos nossos clientes.

Análise da situação económica e financeira

O EBITDA da empresa cifrou-se em 5.715.779 euros, menos 14% que no ano anterior. Esta diminuição é explicada pela quebra das vendas e pelo impacto negativo das participadas. Se isolarmos o efeito das participadas e da atividade imobiliária, a quebra no EBITDA é somente de 1%. A empresa conseguiu balancear a quebra das vendas e a quebra da margem bruta com uma redução de gastos operacionais, permitindo-lhe manter a rentabilidade.

Ao nível do cash-flow a situação é idêntica. Em 2011 o valor do cash-flow foi de 4.288.748 euros, 18% inferior ao de 2010. Isolando o efeito negativo das participadas e da atividade imobiliária, o cash-flow foi de 4.846.015 euros, inferior em 0,6% ao de 2010.

O resultado líquido foi de 1.383.867 euros, que podem ser desagregados de acordo com a sua origem da seguinte forma:

	2011	2010	2009	2008
Resultado Líquido	1.383.867	2.158.257	993.453	104.370
Core Business	1.941.134	1.827.370	754.966	525.610
Imobiliária	-57.490	-117.779	0	0
Participadas	-499.777	448.667	238.488	-369.740

Desta forma são visíveis os esforços de aumentar a eficácia e a eficiência dos processos de conceção e desenvolvimento, produtivos, de distribuição e administrativos por forma a melhorar a rentabilidade da empresa. A atividade imobiliária e as participadas acabam por contribuir negativamente para esta realidade. Se no primeiro caso se trata de uma atividade que teve origem na promoção e construção de um empreendimento imobiliário que com a respetiva comercialização tenderá a desaparecer, no segundo o impacto deriva de uma nova participada (Nuno & Gradeço, SA) que passou a estar integrada nas contas da Oliveira & Irmão em 2011.

Ao nível do valor acrescentado bruto verificou-se uma quebra de 4,7% face ao ano anterior, justificado em parte pela redução do volume de vendas. Relativizando este indicador face às vendas este indicador aumenta de 33,2% para 34,3%.

Todavia, e em termos financeiros, tendo a empresa conseguido diminuir o seu endividamento e tendo conseguido manter a sua rentabilidade, o rácio endividamento bancário líquido ponderado pelo EBITDA apresenta a seguinte evolução nos últimos anos:

	2011	2010	2009	2008
Endividamento bancário líquido	16.559.499	17.468.251	20.516.434	23.901.803
EBITDA	5.715.779	6.679.327	5.387.573	4.441.779
	2,90	2,62	3,81	5,38

5. Investigação, Desenvolvimento e Inovação

A globalização dos mercados e a emergência de novas tecnologias têm sido a força motriz para revolucionar o conceito de procura, oferta e distribuição de novos produtos, conduzindo a

empresa a encarar a investigação e desenvolvimento tecnológico como ferramenta de melhoria, reforçando a sua produtividade e competitividade.

A orientação da Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI) adotada pela empresa alinha as prioridades de inovação da empresa com os principais eixos de desenvolvimento assumidos para o mercado externo, sendo que a participação cada vez mais intensa em projetos de cariz tecnológico relevante tem contribuído para o reconhecimento da OLI como um parceiro credível e valioso para a IDI.

É de referir que no decorrer do ano de 2011 foram realizados 4 pedidos de registos de patentes, o que indica a enorme dinâmica em inovação que a empresa tem vindo a registar.

A necessidade de desenvolver soluções inovadoras exige o domínio de novas áreas de conhecimento, faz com que a OLI estabeleça parcerias com entidades do SCTN (Sistema Científico e Tecnológico Nacional), fornecedores e outras empresas da região para o desenvolvimento de novos produtos.

Por outro lado, o design é nos tempos que correm, fundamental para que os produtos tenham sucesso em todos os mercados, o que levou a OLI lançar um desafio aos alunos da ESAD (Escola Superior de Arte e Design) das Caldas da Rainha que consistiu no design de placas de comando para autoclismos interiores. O processo de seleção dos trabalhos será realizado em 2012.

A cultura empresarial da empresa baseia-se na capacidade de identificar as necessidades dos mercados/clientes e encontrar a solução mais eficaz. Neste sentido, a relevância do investimento em IDI está bem patente não apenas nos produtos, sistemas e soluções que concebe e desenvolve, mas também no seu oportuno lançamento no mercado, visando aproveitar as oportunidades que se lhe deparam e garantir uma competitividade indiscutível ao nível internacional, uma vez que o crescimento da sua presença nos mercados externos constitui a afirmação clara da sua vocação: ser uma unidade internacional reconhecida pela dinâmica e qualidade dos produtos e serviços.

A internacionalização para novos mercados como América do Sul, trouxe uma nova necessidade: a de adaptar os produtos existentes as especificidades de cada região/país, trazendo consigo novos constrangimentos e originando novas soluções.

6. Recursos Humanos

A 31-12-2011 o número de colaboradores era de 333, tendo-se verificado uma diminuição de 2,1% relativamente à mesma data do ano anterior. Esta redução verificou-se essencialmente no mês de Dezembro e foi devida à necessidade de ajustar a capacidade produtiva com as necessidades do mercado. Durante o exercício o número médio de colaboradores foi de 339.

O quadro que se segue apresenta dados comparativos dos anos de 2009 a 2011:

Recursos Humanos	2011	2010	2009
Número de trabalhadores no final do período	333	340	325
sexo masculino	150	152	145
sexo feminino	183	188	180
Número médio de trabalhadores ao longo do período	339	330	322
Idade média dos trabalhadores	38,18	37,87	37,91
Antiguidade média dos trabalhadores	10	11	10
Horas de formação totais	16.595	13.832	12.632
Média de horas de formação por trabalhador	48,9	41,9	39,2
Gastos com o pessoal	8.238.204	8.326.525	7.381.954
Gastos médios por trabalhador	24.301	25.232	22.925
VAB por trabalhador	44.011	46.153	40.091
Taxa geral de absentismo	3,5	4,4	4,4
Índice de frequência dos acidentes de trabalho	Bom	Aceitável	Aceitável
Índice de gravidade dos acidentes de trabalho	Bom	Aceitável	Bom

Em 2011 foi concluído, para alguns postos de trabalho o estudo ergonómico levado a cabo por um médico de trabalho. Efetuamos, igualmente, pela primeira vez um estudo sobre os efeitos dos turnos rotativos na saúde dos trabalhadores.

Para 2012 vamos avaliar a hipótese de preparar a empresa para a certificação de acordo com os referenciais NP EN ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007.

No ano de 2011 foi ainda desenvolvida uma atividade lúdica de organização de um presépio vivo no OLI Open Day que teve uma originalidade e aceitação muito grande.

O desenvolvimento contínuo dos nossos colaboradores continua a ser uma constante, tendo em 2011 a formação incidido essencialmente em formação *on the job*, gestão do tempo, formas de estimular a criatividade, formação no produto, entre outras.

Em 2012 prevemos continuar a dar formação no produto que produzimos e nas ferramentas *lean manufacturing* como forma de os colaboradores responderem de uma maneira mais adequadas às solicitações diárias e ao processo de melhoria contínua.

7. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o termo do exercício de 2011 foi deliberado em Assembleia Geral da Nuno & Gradeço, SA (nossa participada) proceder à sua dissolução e consequente liquidação de ativos e passivos.

8. Proposta de aplicação de resultados

Em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais, designadamente o Artigo 66º, alínea f) e tendo em conta os demais preceitos legais, bem como o propósito de consolidar cada vez mais a sua estrutura de capitais próprios, propomos que o resultado líquido no valor de 1.383.866,82 euros tenha a seguinte distribuição:

- a) Para Reservas Livres: 1.383.866,82 euros

9. Proposta de participação nos lucros ao Conselho de Administração

Dado o bom desempenho obtido em 2011 vimos por este meio propor que seja distribuído, a título de participação nos lucros, aos dois Administradores Executivos do Conselho de Administração, o montante de 188.364,40 euros. Dadas as regras contabilísticas em vigor, este valor já se encontra registado nos gastos com pessoal pelo que o Resultado Líquido já reflete esta proposta.

10. Política de Dividendos

Como vem sendo hábito nos últimos anos e como forma de contribuir para a redução do endividamento bancário e a necessidade de reforçar os capitais da empresa, entende a administração não ser oportuna a distribuição de dividendos.

11. Sector Público Estatal

De acordo com o decreto-lei nº 411/91, cumpre referir que não há situações de mora relativamente a entidades do sector público estatal e não se verificam outras situações que impliquem referência obrigatória neste relatório.

Foram emitidas certidões comprovativas da situação regularizada, válidas à data de encerramento do Balanço, em 31 de Dezembro de 2011, junto da Administração Fiscal e da Segurança Social.

12. Agradecimentos

A todos os clientes, colaboradores e fornecedores, que ao longo do exercício findo connosco colaboraram e interagiram queremos reconhecer a maneira dedicada e diligente como, na generalidade, o fizeram.

Às instituições financeiras queremos reconhecer o apoio dispensado e a confiança que em nós continuam a depositar.

Aos Órgãos Sociais, bem como aos auditores e consultores queremos reconhecer o permanente apoio e disponibilidade que sempre nos dispensaram, sendo importante a sua contribuição, não só para a obtenção dos resultados, como para a perspetivação das mudanças e melhorias em curso.

A todos o nosso reconhecido agradecimento.

Aveiro, 16 de Março de 2012

O Conselho de Administração,

António Manuel Moura de Oliveira

Rui Alberto Moura de Oliveira

Maria Pereira de Moura

Pier Andreino Niboli

Federica Niboli

Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Nos termos do art.º 448º do C.S.C., declaramos os acionistas titulares de mais de um terço do Capital Social:

Acionistas	31-12-2011	31-12-2010
Valsir, Spa.	50%	50%
Oliveira & Irmão SPGS, Lda.	50%	50%

III. Demonstrações Financeiras Individuais

Balço individual em 31.12.2011 e 31.12.2010

EUR

Rubricas	Notas	Datas	
		31.12.2011	31.12.2010
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	22.109.519	22.798.643
Ativos intangíveis	6	72.947	198.501
Participações financeiras - Mét. equiv. patrimonial	5;11	5.850.285	5.112.545
Participações financeiras - Outros métodos	11	30.000	25.000
Outros Ativos Financeiros	5;17	8.925.500	6.857.400
		36.988.251	34.992.088
Ativo corrente			
Inventários	12;17	8.680.183	7.738.161
Clientes	17	7.137.140	8.767.800
Estado e outros entes públicos	17	684.301	324.917
Outras contas a receber	17	304.155	1.938.106
Diferimentos	17	172.098	126.261
Ativos Financeiros detidos para negociação	17	14.200	15.000
Caixa e depósitos bancários	4	375.805	573.395
		17.367.883	19.483.640
Total do Ativo		54.356.134	54.475.728
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital realizado	17	10.000.000	2.500.000
Reservas legais	17	2.000.000	1.000.000
Outras reservas	17	1.274.052	7.424.984
Resultados transitados			-54.057
Ajustamentos em Ativos Financeiros	17	3.065.753	2.865.569
Excedentes de revalorização	17	7.627.062	8.320.596
Outras variações no capital próprio	10;17	179.179	208.272
Resultado líquido do período	17	1.383.867	2.158.257
Total do Capital Próprio		25.529.913	24.423.621
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	13	151.070	60.000
Financiamentos obtidos	8;9;17	12.789.326	9.119.835
Passivos por impostos diferidos	16	772.341	846.626
		13.712.737	10.026.460
Passivo corrente			
Fornecedores	17	7.203.195	7.548.709
Estado e outros entes públicos	17	650.277	565.034
Financiamentos obtidos	8;9;17	4.141.810	8.916.379
Outras contas a pagar	17	2.767.190	2.614.111
Diferimentos	17	351.011	381.414
		15.113.484	20.025.647
Total do Passivo		28.826.221	30.052.107
Total do Capital Próprio e do Passivo		54.356.134	54.475.728

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Oliveira & Irmão, S.A.

Apartado 705 – Variante da Cidade – Esgueira – 3801-851 Aveiro – Portugal
 Tel.: +351 234 300 200 – Fax: +351 234 300 210 – E-Mail: geral@oli.pt – Internet: www.oli.pt

Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2011 e 31.12.2010

EUR

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2011	2010
Vendas e serviços prestados	14;24	43.478.745	45.815.422
Subsídios à exploração	10;14	107.885	
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	5	-499.777	448.667
Variação nos inventários da produção	12	-420.351	-1.492.857
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	12	-22.265.357	-22.952.069
Fornecimentos e serviços externos	18	-6.751.990	-6.520.216
Gastos com pessoal	5;19	-8.238.204	-8.326.525
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	17	-57.895	-92.570
Provisões (aumentos/reduções)	13	-151.070	-60.000
Aumentos/Reduções de justo valor	17	-800	
Outros rendimentos e ganhos	14;20	1.291.554	825.814
Outros gastos e perdas	18;21	-776.961	-966.339
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5.715.779	6.679.327
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	23	-2.695.117	-2.896.631
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3.020.662	3.782.696
Juros e gastos similares suportados	22	-1.262.319	-1.331.956
Resultado antes de impostos		1.758.343	2.450.740
Imposto sobre rendimento do período	16	-374.476	-292.482
Resultado líquido do período		1.383.867	2.158.257

Técnico Oficial de Contas

Conselho Administração

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa do período findo em 31.12.2011 e 31.12.2010

EUR

Rubricas	Períodos	
	2011	2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes	45.566.033	49.506.221
Pagamentos a fornecedores	-30.404.738	-29.571.648
Pagamentos ao pessoal	-8.205.627	-8.117.443
Caixa gerada pelas operações	6.955.668	11.817.131
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-444.699	-139.826
Outros recebimentos/pagamentos	1.231.533	-835.442
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	7.742.502	10.841.863
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-2.078.875	-1.404.650
Ativos intangíveis		-96.875
Investimentos financeiros	-3.559.100	-5.014.300
Outros ativos		0
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	23.079	18.575
Ativos intangíveis		0
Investimentos financeiros		
Outros ativos		0
Subsídios ao investimento		0
Juros e rendimentos similares	138.940	43.306
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-5.475.955	-6.453.944
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	9.221.324	4.298.306
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-10.326.402	-7.101.363
Juros e gastos similares	-1.359.059	-1.339.437
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-2.464.136	-4.142.494
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-197.590	245.424
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	573.395	327.971
Caixa e seus equivalentes no fim do período	375.805	573.395

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Oliveira & Irmão, S.A.

Demonstração individual das alterações no Capital Próprio
 Demonstração individual das alterações no Capital Próprio no período 2010

EUR

Descrição		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe									Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em Ativos	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital	Resultado líquido do período	Total	
Posição no início do período 2010	1	2.500.000	558.449	7.111.570	-54.057	2.627.081	703.374	252.987	993.453	14.692.857	14.692.857
Alterações no período											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											0
Alterações de políticas contabilísticas											0
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											0
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis							171.578			171.578	171.578
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações							8.266.626			8.266.626	8.266.626
Ajustamentos por impostos diferidos							-820.983			-820.983	-820.983
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			441.551	313.414		238.488		-44.715	-993.453	-44.715	-44.715
	2	0	441.551	313.414	0	238.488	7.617.222	-44.715	-993.453	7.572.507	7.572.507
Resultado líquido do período	3								2.158.257	2.158.257	2.158.257
Resultado integral	4=2+3								1.164.804	1.164.804	9.730.764
Operações com detentores de capital no período											
Realizações de capital											0
Realizações de prémios de emissão											0
Distribuições											0
Entradas para cobertura de perdas											0
Outras operações											0
	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Posição no fim do período 2010	6=1+2+3+5	2.500.000	1.000.000	7.424.984	-54.057	2.865.569	8.320.596	208.272	2.158.257	24.423.621	24.423.621

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2011

EUR

Descrição		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe									Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
Posição no início do período 2011	6	2.500.000	1.000.000	7.424.984	-54.057	2.865.569	8.320.596	208.272	2.158.257	24.423.621	24.423.621
Alterações no período											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											0
Alterações de políticas contabilísticas											0
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											0
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											0
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações											0
Ajustamentos por impostos diferidos											0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		7.500.000	1.000.000	-6.150.933	54.057	200.184	-693.534	-29.092	-2.158.257	-277.575	-277.575
	7	7.500.000	1.000.000	-6.150.933	54.057	200.184	-693.534	-29.092	-2.158.257	-277.575	-277.575
Resultado líquido do período	8								1.383.867	1.383.867	1.383.867
Resultado integral	9=7+8								-774.391	-774.391	1.106.292
Operações com detentores de capital no período											
Realizações de capital											0
Realizações de prémios de emissão											0
Distribuições											0
Entradas para cobertura de perdas											0
Outras operações											0
	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Posição no fim do período 2011	11=6+7+8+10	10.000.000	2.000.000	1.274.052	0	3.065.753	7.627.062	179.179	1.383.867	25.529.913	25.529.913

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Oliveira & Irmão, S.A.

Apartado 705 – Variante da Cidade – Esgueira – 3801-851 Aveiro – Portugal
 Tel.: +351 234 300 200 – Fax: +351 234 300 210 – E-Mail: geral@oli.pt – Internet: www.oli.pt

Anexo às Demonstrações Financeiras

1.1 – Identificação da entidade:

Designação da entidade:	Oliveira & Irmão, SA
Sede:	Variante da Cidade, Esgueira, Aveiro, Portugal
Contribuinte:	500 578 737
Natureza da atividade:	CAE da atividade principal 22230 - Fabricação de artigos de Plástico para a Construção

A atividade principal desta empresa é a fabricação de artigos em matéria plástica e a atividade secundária é a comercialização por grosso de artigos sanitários, ferragens, tubagem para canalizações, moto bombas e eletrobombas, torneiras, eletrodomésticos e material de aquecimento. Tem ainda como atividade secundária a promoção imobiliária visando a conceção, construção, titularidade, comercialização, exploração comercial e gestão de patrimónios imobiliários diversos.

1.2- Gestão do risco

- i. Risco de Crédito
 - a) Créditos sobre Clientes

O risco de crédito, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional. O principal objetivo da gestão de risco de crédito, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, a sociedade:

- Tem implementado procedimentos de gestão de crédito e processos de aprovação de crédito;
- Possui equipa dedicada à gestão do crédito e das cobranças;
- Estabelece e acompanha os limites de crédito dos seus Clientes, monitorizando a exposição efetiva;
- Possui seguro de crédito;
- Recorre aos meios legais disponíveis para recuperação de crédito quando aplicável.

- b) Outros ativos financeiros para além de Créditos sobre Clientes

Para além dos ativos resultantes das atividades operacionais, a sociedade detém ativos financeiros decorrentes do seu relacionamento com Instituições Financeiras, tais como depósitos bancários, investimentos financeiros e derivados financeiros. Consequentemente, existe também risco de crédito associado ao potencial incumprimento pecuniário das Instituições Financeiras que são contraparte nestes relacionamentos. A exposição relacionada com este tipo de ativos financeiros é amplamente diversificada e de duração limitada no tempo.

- ii. Riscos de Mercado

a) Risco de Taxa de Juro

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes cash flows de pagamento de juros, a sociedade encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro.

Como regra geral a sociedade não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro. Todavia, no passado e até meados de 2008 a sociedade contratou alguns derivados para limitar a sua exposição às variações de taxa de juro, contratos esses que terminarão em 2013.

b) Risco de Taxa de Câmbio

A sociedade está exposta ao risco de taxa de câmbio de transação. Risco de taxa de câmbio prende-se com a possibilidade de registar perdas ou ganhos em resultado da variação das taxas de câmbio.

O risco de transação emerge essencialmente quando existe risco cambial relacionado com cash flows denominados em divisa que não a divisa funcional de sociedade. A sociedade procura compensar os cash flows positivos e negativos denominados na mesma divisa estrangeira.

iii. Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez tem por objetivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende as seguintes aspetos:

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash flows de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual).
- Diversificação de fontes de financiamento.
- Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida.
- Contratação de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de commitment fees suportados.

2 – Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1- Referencial contabilístico adotado

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC).

2.2 - Pressuposto da continuidade

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3 - Regime do acréscimo

A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

2.4 Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os "Impostos diferidos" e as "Provisões" são classificados como ativos e passivos não correntes.

2.5 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.6 Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2011 são comparáveis com os utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

2.7 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas Demonstrações Financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às Demonstrações Financeiras.

2.8 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3 – Principais políticas contabilísticas

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras:

ATIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que a entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado, venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas. As despesas de investigação são gastos do período em que ocorrem.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método linear em conformidade com o período de vida útil estimado.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (*data de transição para NCRF*), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Os edifícios e os terrenos foram revalorizados em 2010, por uma entidade externa, denominada L2i – Investimentos Imobiliários, Lda.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Descrição	Taxa de depreciação	Nº de anos de vida estimado
Edifícios Comerciais e Administrativos	2%	50
Edifícios Industriais	5%	20
Edificações ligeiras	10%	10
Moldes	16.33%	6
Máquinas	10%	10
Linhas de montagem	10%	10
Ferramentas e utensílios	25%	4
Equipamento de transporte	25%	4
Equipamento administrativo	12,5%	8

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data da alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas de Outros Rendimentos e Ganhos ou Outros Gastos e Perdas.

LOCAÇÕES (NCRF 9)

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo. A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes, e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos Resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NCRF10)

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor contratado nominal, as despesas com comissões e com a sua emissão são contabilizadas como gastos do período. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na Demonstração dos Resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, e quando a liquidação se diferir por mais de 12 meses após a data de relato, como passivo não corrente.

A empresa apenas capitalizou juros de empréstimos obtidos, na construção do edifício no centro da cidade de Aveiro e este custo é parte integrante do ativo, porque lhe é diretamente atribuível. Apenas foram capitalizados os juros até 2010, ou seja, durante a construção do ativo. O montante de juros capitalizado é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados.

A política de capitalização da entidade resume-se da seguinte forma:

- A capitalização de gastos com empréstimos começou no início do investimento. Já foram suportados juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para que este esteja disponível para venda;
- A capitalização termina quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou venda se encontrem substancialmente concluídas;
- Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens são igualmente incorporadas no custo do ativo.

IMPARIDADE DE ATIVOS (NCRF 12)

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resultem, alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, reconhecemos uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos Resultados na rubrica de Perdas por Imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos Resultados, na rubrica de Reversões de Perdas por Imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

À data do Balanço foi avaliada a imparidade dos inventários e dos clientes. Constatou-se que existia evidência objetiva de imparidade nos clientes, por isso foram reconhecidas na Demonstração de Resultados.

INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS (NCRF13)

Os investimentos em associadas (participações superiores a 20%) são registados pelo Método de Equivalência Patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do Capital Próprio dessas entidades, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

Quando a subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada, apresenta Capital Próprio negativo ou nulo, o investimento é registado por valor nulo.

De acordo com o Método de Equivalência Patrimonial, os investimentos são ajustados anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessas entidades por contrapartida de ganhos ou perdas do período. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas entidades são registados como uma diminuição do valor dos investimentos, no período em que são atribuídos.

INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (NCRF 15)

As participações financeiras são inicialmente reconhecidas ao custo e posteriormente ajustadas pelo Método de Equivalência Patrimonial. A consolidação é pelo Método Integral, porque as participações e o controlo nas subsidiárias assim o exigem.

Na empresa-mãe os ganhos e perdas das suas associadas após a aquisição é contabilizado em ganhos ou perdas por contrapartida do valor do investimento financeiro, sendo após a data do balanço transferido para reservas sempre que não é distribuído. Quando a participação pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, for uma perda e igualar ou ultrapassar o investimento na associada, a empresa-mãe deixa de reconhecer perdas adicionais.

Os ganhos não realizados em transações com as associadas são eliminados na consolidação.

As políticas contabilísticas das associadas, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

INVENTÁRIOS (NCRF 18)

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio de saídas.
- Os produtos acabados e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção o qual inclui o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico. A saída é custeada pelo método do custo padrão.

Nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização, é registada uma perda por imparidade para depreciação de inventários.

RÉDITO (NCRF 20)

A empresa reconhece rédito sempre que possa ser razoavelmente mensurável, seja provável que obtenha benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela venda e prestação de serviços decorrentes da atividade normal da empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando são satisfeitas todas as seguintes condições:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;

- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES (NCRF 21)

A empresa constituiu uma provisão para garantias a clientes, dado que os nossos produtos têm um prazo de reclamação em garantia, pelo que a entidade tem uma obrigação presente resultante de um evento passado, e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos. O montante da obrigação foi calculado com base no histórico dos últimos três exercícios.

A empresa constituiu uma provisão para um processo judicial que tinha em curso.

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO (NCRF 22)

Os subsídios à exploração nomeadamente os subsídios da formação, são reconhecidos na Demonstração dos Resultados na parte proporcional dos gastos suportados, satisfazendo o princípio da especialização dos exercícios.

A empresa recebeu subsídios para formação no âmbito do POPH - Programa Operacional Potencial Humano e recebeu no âmbito do QREN um incentivo à investigação e desenvolvimento tecnológico que designamos por Prision Air que consiste na extração de cheiros em casas de banho, dado que efetivamente, não existem soluções a funcionar no mercado. O presente projeto visa, justamente, apresentar uma solução fiável, funcional, barata e facilmente aplicável quer a novas instalações sanitárias quer a instalações sanitárias já existentes. Este subsídio foi considerado à exploração dado que financiou despesas relacionadas com a investigação desta solução.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis são registados no Capital Próprio e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados durante a vida útil dos mesmos.

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (NCRF 23)

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transação.

À data de fecho é efetuada a atualização cambial de saldos (itens monetários) em aberto, aplicando a taxa de câmbio em vigor a essa data. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças,

dos pagamentos ou à data do Balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na Demonstração dos resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), no apuramento da matéria coletável, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

A empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – impostos diferidos.

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor, e são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As Perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados em moeda estrangeira, são atualizadas nas datas de relato, às taxas de câmbio em vigor.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na Demonstração dos Resultados do período em que são geradas.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

Instrumentos financeiros detidos para negociação

Estes ativos foram valorizados ao justo valor à data de apresentação das demonstrações financeiras, e as alterações de justo valor foram reconhecidas na Demonstração dos Resultados.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (NCRF 28)

A entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, participações nos lucros e gratificações.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

- Benefícios de cessação de emprego: a entidade reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por terminado o prazo de caducidade do contrato de trabalho a termo ou por acordo de revogação.

3.2 - Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir das mesmas.

4 – Fluxos de caixa

A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é a seguinte:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	5.432	18.287.231	18.288.496	4.167
Depósitos à ordem	567.963	178.735.509	178.931.834	371.638
Outros depósitos bancários				
Total de caixa e depósitos bancários	573.395	197.022.740	197.220.330	375.805

5 – Partes Relacionadas

5.1 - Relacionamentos com empresa-mãe e subsidiárias:

As transações entre as partes relacionadas foram as seguintes:

ENTIDADES RELACIONADAS

EUR

Descrição	Período 2011					Período 2010				
	Vendas/Serviços	Compras	Saldos a Receber	Saldos a Pagar	Empréstimos do Período	Vendas	Compras	Saldos a Receber	Saldos a Pagar	Empréstimos do Período
Subsidiárias										
Moldav eiro - Moldes, LDA	54.192	975.236	3.714	428.808		48.344	753.625	3.351	678.713	
Soplasnor - Soc. Plásticos do Norte, SA	142.514	6.484	246		2.068.100	48.956	60.474	484	26.053	4.999.300
Nuno & Gradeço - Mat. Construção, SA	169.840	35.586	16.488	450.000						
Oli, SRL	5.135.508	405.185	585.648	57.722		4.600.046	786.084	1.447.333	213.845	
Total	5.502.054	1.422.491	606.096	936.530	2.068.100	4.697.347	1.600.183	1.451.168	918.611	4.999.300

Não reportamos informação relativa ao exercício de 2010 da nossa participada Nuno & Gradeço, SA, porque apesar de existirem transações com a empresa neste período não foi considerada para efeitos de consolidação e por isso não consideramos parte relacionada.

SUBSIDIÁRIAS

EUR

Descrição	Sede	Período 2011				Período 2010			
		Capital Deitado	Capital Social	Capitais Próprios	Resultados Líquidos	Capital Deitado	Capital Social	Capitais Próprios	Resultados Líquidos
Moldav eiro - Moldes, LDA	Travessa do Milão, Esgueira - Aveiro	83,00%	249.399	846.692	30.329	83,0%	249.399	1.074.663	74.552
Soplasnor - Soc. Plásticos do Norte, SA	Rua das Poças, Lavra - Porto	79,90%	6.800.000	-3.006.156	-1.064.635	79,9%	6.800.000	-1.941.521	-2.360.326
Nuno & Gradeço - Mat. Construção, SA	Paraimo - Sangalhos	99,07%	1.500.000	905.437	-590.724				
Oli, SRL	Località Piani di Mura 25070 Casto (BS) - Itália	99,00%	1.000.000	4.293.479	60.889	99,0%	1.000.000	4.232.590	390.696

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

EUR

Descrição	Saldo Inicial	Variação		Saldo Final
		Débito	Crédito	
Moldav eiro - Moldes, Lda.	919.997	25.173	242.416	702.754
Soplasnor - Soc. Plásticos Norte, SA	6.857.400	2.468.437	400.337	8.925.500
Nuno & Gradeço - Mat. Construção, SA		1.486.000	589.014	896.986
Oli, Srl	4.192.547	60.280	2.283	4.250.545
Total	11.969.945	4.039.890	1.234.050	14.775.785

5.2 - Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações auferidas pelos órgãos sociais (entendidos como pessoal chave da gestão), nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, foram as seguintes:

REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

EUR

Descrição	Período 2011	Período 2010
Conselho de Administração - Oliveira & Irmão, SA	528.764	563.177
Total	528.764	563.177

6 – Ativos intangíveis

A divulgação dos ativos intangíveis é a seguinte:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2011 EM ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

EUR

Descrição	Projectos de desenvolvimento	Propriedade Industrial	Ativos intangíveis	Total
Com vida útil finita:				
Quantia bruta escriturada inicial	406.618	1.216.703		1.623.321
Amortizações acumuladas iniciais	259.645	1.165.174		1.424.819
Perdas por imparidade acumuladas iniciais				
Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	146.973	51.529		198.501
Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 + 8.5 + 8.6)	-92.114	-33.439		-125.554
Total das diminuições	92.114	33.439		125.554
Amortizações	92.114	33.439		125.554
Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	54.858	18.089		72.947

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2010 EM ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

EUR

Descrição	Projectos de desenvolvimento	Propriedade Industrial	Ativos intangíveis	Total
Com vida útil finita:				
Quantia bruta escriturada inicial	330.618	1.191.228	80.600	1.602.446
Amortizações acumuladas iniciais	161.162	1.127.989		1.289.150
Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	169.456	63.239	80.600	313.295
Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 + 8.5 + 8.6)	-98.484	64.290	-80.600	-114.794
Total das adições		20.875		20.875
Aquisições em 1.ª mão		20.875		20.875
Total das diminuições	98.484	37.185		135.669
Amortizações	98.484	37.185		135.669
Transferências de AFI em curso		80.600	-80.600	
Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	70.973	127.529		198.501

7 – Ativos fixos tangíveis

7.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2011 EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

EUR

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
Quantia bruta escriturada inicial	6.818.715	14.365.220	25.745.648	1.038.410	1.702.478	1.665.133	694.407	52.030.010
Depreciações acumuladas iniciais		5.489.850	19.773.838	806.574	1.556.860	1.604.246		29.231.368
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	6.818.715	8.875.370	5.971.810	231.836	145.617	60.887	694.407	22.798.643
Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	-94.905	-683.503	-244.143	-1.492	-27.602	-42.882	405.403	-689.124
Total das adições		7.500	111.922	140.925	42.144	9.361	1.668.830	1.980.682
Aquisições em 1.º mão		7.500	111.922	140.925	42.144	9.361	1.668.830	1.980.682
Total das diminuições		691.003	1.619.493	142.417	69.745	52.243		2.574.901
Depreciações		691.003	1.557.210	68.142	68.109	52.243		2.436.706
Alienações			38.412	74.275	1.637			114.324
Abates			23.870					23.870
Transferências de AFT em curso			1.263.427				-1.263.427	
Outras transferências	-94.905							-94.905
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	6.723.810	8.191.867	5.727.667	230.344	118.016	18.006	1.099.810	22.109.519

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2010 EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

EUR

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
Quantia bruta escriturada inicial	1.543.483	10.927.003	25.056.765	980.128	1.694.235	1.653.035	1.595.577	43.450.226
Depreciações acumuladas iniciais		4.867.570	18.955.388	728.702	1.490.466	1.537.271		27.579.398
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	1.543.483	6.059.432	6.101.377	251.426	203.769	115.763	1.595.577	15.870.828
Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	5.275.232	-495.850	3.182.221	-19.590	-58.152	-54.876	-901.171	6.927.814
Total das adições	5.275.232	95.035	3.495.547	96.799	12.822	12.099	1.858.395	10.845.929
Aquisições em 1.º mão	94.905	95.035	183.760	96.799	12.822	12.099	1.858.395	2.353.815
Acréscimo por revalorização	5.180.327		3.311.787					8.492.114
Total das diminuições		643.962	3.019.816	116.389	70.974	66.975		6.677.680
Depreciações		622.279	818.449	77.872	66.395	66.975		1.651.970
Alienações		21.682	2.201.366	38.517	4.579			2.266.144
Transferências de AFT em curso		53.077	2.706.489				-2.759.566	2.759.566
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	6.818.715	5.563.582	9.283.597	231.836	145.617	60.887	694.407	22.798.643

7.2 Divulgações sobre excedentes de revalorização dos ativos fixos tangíveis reconhecidos por quantias revalorizadas:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2011 NOS EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

EUR

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Total
Valor do excedente de revalorização no início do período	5.180.327	2.434.164	706.105	8.320.596
Variações do período: (2=2.1-2.2)		-693.534		-693.534
Total de diminuições		693.534		693.534
Outras		693.534		693.534
Valor do excedente de revalorização no fim do período (3 = 1 + 2)	5.180.327	1.740.630	706.105	7.627.062

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2010 NOS EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

EUR

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Total
Valor do excedente de revalorização no início do período			703.374	703.374
Variações do período: (2=2.1-2.2)	5.180.327	2.434.164	2.731	7.617.222
Reforços	5.180.327	3.311.787	24.788	8.516.902
Total de diminuições		877.624	22.057	899.681
Depreciações		203.431		203.431
Outras		674.193	22.057	696.250
Valor do excedente de revalorização no fim do período (3 = 1 + 2)	5.180.327	2.434.164	706.105	8.320.596

8 – Locações

8.1 Os contratos de locação são os seguintes:

Ativos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período		Locações financeiras em vigor						Período 2011	Período 2010
		Descrição	Valor Aquisição	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados	Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados
						Começo	Fim		
Ativ os fixos tangíveis	Leasing 1	3 Prensas	438.500	CGD LEASING	CT 321144	01-08-2006	01-08-2011		62.368
	Leasing 2	Audi A6	73.402	CGD LEASING	CT 342184	10-07-2008	10-07-2013	23.752	38.291
	Leasing 3	VW Golf	19.767	CGD LEASING	CT 343644	01-09-2008	01-09-2012	3.716	8.626
	Leasing 4	Audi A4	33.329	CGD LEASING	CT 346700	20-12-2008	20-12-2012	8.361	16.588
	Leasing 5	VW Passat	30.846	CGD LEASING	CT349341	20-04-2009	20-04-2013	10.341	17.895
	Leasing 6	VW Passat	35.000	CGD LEASING	CT100047086	20-03-2011	20-03-2015	28.250	
	Leasing 7	VW Sharan	39.500	CGD LEASING	CT100049547	20-05-2011	20-05-2015	33.442	
	Leasing 8	Prensa	281.500	CGD LEASING	CT100051140	20-07-2011	20-07-2016	256.162	
	Leasing 9	VW Sharan	31.500	CGD LEASING	CT100053191	20-10-2011	20-10-2016	29.632	
	Subtotais		983.343					393.656	143.768
Ativ os fixos tangíveis	Leasing 10	Eq. Informático	175.000	BARCLAYS	CT 08.1.4489	21-07-2008	21-07-2013	56.654	91.274
	Leasing 11	Eq. Industrial	52.246	BARCLAYS	CT 07.1.3542	11-01-2008	11-01-2011		1.041
	Subtotais		227.246					56.654	92.315
Ativ os fixos tangíveis	Leasing 12	VW Golf	26.400	BBVA	CT 15393708	21-06-2010	21-06-2014	17.005	23.236
	Leasing 13	Eq. Industrial	205.700	BBVA	CT 153.93757	06-08-2010	06-08-2013	92.250	147.092
	Subtotais		232.100					109.255	170.328
Totais			1.442.689,32					559.565	406.411

8.2 As quantias reconhecidas nestes ativos são as seguintes:

EUR

Descrição	Locações financeiras	
	Ativos fixos tangíveis	Total
Quantia bruta escriturada inicial	1.442.689	1.442.689
Amortizações/Depreciações acumuladas	678.482	678.482
Quantia líquida escriturada final (4 = 1 - 2 - 3)	764.207	764.207
Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço: (5 = 5.1 + 5.2 + 5.3)	559.565	559.565
Até um ano	207.916	207.916
De um a cinco anos	351.649	351.649

9 – Custos de empréstimos obtidos

9.1 Informação relativa ao empréstimo capitalizado:

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS CAPITALIZADOS POR TIPO DE EMPRÉSTIMO

EUR

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor do Empréstimo		Custos de empréstimos obtidos		Custos de empréstimos obtidos capitalizados
		Corrente	Não corrente	Total	Dos quais: Juros suportados	
Empréstimos específicos:						
Instituições de crédito e sociedades financeiras	1.750.000	481.497				278.814

QUANTIAS DE CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS CAPITALIZADOS DURANTE O PERÍODO

EUR

Descrição		Período 2011	Período 2010	Períodos anteriores	Totais
Empréstimo MLP	Fomento à Construção		35.035	243.779	278.814
Totais			35.035	243.779	278.814

TAXA DE CAPITALIZAÇÃO USADA PARA DETERMINAR A QUANTIA DO CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS ELEGÍVEIS P

EUR

Descrição	Período 2011		Período 2010	
	Quantias médias dos empréstimos obtidos	Taxas dos empréstimos obtidos	Quantias médias dos empréstimos obtidos	Taxas dos empréstimos obtidos
Empréstimo MLP	481.497	3,1%	1.092.611	2,3%

9.2 Informação relativa aos empréstimos genéricos:

TIPO DE FINANCIAMENTO

EUR

Descrição	31.12.2011			31.12.2010		
	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total
Overdraft	350.057		350.057	73.712		73.712
Programa de Papel Comercial	2.200.000	9.000.000	11.200.000	6.450.000	4.700.000	11.150.000
Médio e Longo Prazo	1.266.324	3.437.678	4.704.002	2.064.806	4.208.337	6.273.142
Leasing	207.916	351.649	559.565	194.913	211.498	406.411
Desconto de Letras	24.399		24.399	132.949		132.949
Desconto de Remessas	93.114		93.114			
Total	4.141.810	12.789.327	16.931.137	8.916.379	9.119.835	18.036.214

10 – Subsídios

Informação relativa aos subsídios

RELAÇÃO DOS SUBSÍDIOS OBTIDOS

Descrição	Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas			
	Medida	Entidade concedente	Objecto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total	
Exploração	POPH - Potencial humano	Formação para a Inovação e Gestão	Fundo Social Europeu	Financeiro	Fundo perdido	10-01-2011	02-11-2012	7.153	32.764	39.917
		Sistema de Incentivos à Investigação & Desenvolvimento Tecnológico	Fundo Social Europeu	Financeiro	Fundo perdido	01-01-2011	31-12-2011	67.968		67.968
	Subtotais							75.121	32.764	107.885
Reembolsável	ICEP	POE SIME	ICEP Portugal	Financeiro	Reembolsável e fundo perdido	07-01-2002	31-12-2004	2.012.215		2.012.215
	Subtotais							2.012.215		2.012.215
Totais								2.087.336	32.764	2.120.100

O Subsídio reembolsável continua a ser imputado a resultados numa base sistemática conforme os ativos a que está associado.

As outras variações no capital próprio dizem respeito a este subsídio do ICEP na parte a fundo perdido e a informação encontra-se no quadro 17.7.

11 – Participações financeiras

11.1 Informação relativa às participações financeiras:

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

EUR

Descrição	Investimentos em subsidiárias	Total
Método de equivalência patrimonial:		
Quantia bruta escriturada inicial	11.969.945	11.969.945
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 + 3)	11.969.945	11.969.945
Movimentos do período: (5=5.1+5.2+5.3-5.4+5.5+5.6-5.7-5.8-5.9+5.10+5.11+5.12+5.13+5.14)	2.805.840	
Outras aquisições	1.486.000	
Alterações nos capitais próprios da investida não reconhecidas em resultados	-248.482	
Efeitos decorrentes de empréstimos concedidos	2.068.100	
Outros movimentos do período	-499.777	
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	14.775.785	11.969.945
Outros métodos		
Quantia bruta escriturada inicial	25.000	25.000
Quantia líquida escriturada inicial (10 = 7 - 8 + 9)	25.000	25.000
Movimentos do período: (11 = 11.1 + 11.2 + 11.3 + 11.4 + 11.5 + 11.6 + 11.7 + 11.8 + 11.9 + 11.10 + 11.11 + 11.12)	5.000	5.000
Outras aquisições	5.000	5.000
Quantia líquida escriturada final (12 = 10 + 11)	30.000	30.000

12 – Inventários

Os inventários encontram-se detalhados como se segue:

EUR

Descrição	31-12-2011			31-12-2010		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	2.742.572		2.742.572	1.168.224		1.168.224
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.806.904	57.362	1.749.543	1.826.044	57.362	1.768.683
Produtos acabados e intermédios	4.188.068		4.188.068	4.801.255		4.801.255
Total	8.737.544	57.362	8.680.183	7.795.523	57.362	7.738.161

O custo das mercadorias e das matérias consumidas é o seguinte:

EUR

Descrição	31-12-2011			31-12-2010		
	Mercadorias	Matérias primas, subs. consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inv entários iniciais	1.168.224	1.826.044	2.994.268	2.012.383	2.701.093	4.713.475
Compras	5.356.764	18.578.455	23.935.219	4.155.313	17.505.322	21.660.635
Reclassificação e regularização de inv entários	85.218	29.436	114.654	427.774		427.774
Inv entários finais	2.742.572	1.806.904	4.549.476	1.168.224	1.826.044	2.994.268
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (5=1+2+3-4)	3.697.198	18.568.159	22.265.357	4.571.698	18.380.370	22.952.069
Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas em inv entários		57.362	57.362		57.362	57.362

A variação nos inventários da produção é a seguinte:

Descrição	31-12-2011			31-12-2010		
	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios e re fugos	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios e re fugos	Produtos e trabalhos em curso
Inv entários finais	4.188.068			4.801.255		
Reclassificação e regularização de inv entários	192.835			25.227		
Inv entários iniciais	4.801.255			6.319.338		
Varição nos inventários de produção (4=1+2-3)	-420.351			-1.492.857		

13 – Provisões do Exercício

As provisões para garantias a clientes foram constituídas na proporção entre os encargos derivados destas garantias efetivamente suportados nos últimos três períodos de tributação, e as vendas do mesmo período.

As garantias para processos judiciais como já foi referido, foram constituídas com base num acordo escrito entre a empresa e a autora do processo.

EUR

Descrição	Garantias a clientes	Processos judiciais em curso	Total
Quantia escriturada inicial	60.000		60.000
Movimentos do período (2 = 2.1-2.2)	-8.930	100.000	91.070
Total de aumentos		100.000	100.000
Constituição		100.000	100.000
Total de diminuições	8.930		8.930
Uso	8.930		8.930
Quantia escriturada final (3 = 1 + 2)	51.070	100.000	151.070

14 – Rédito

O quadro seguinte detalha os réditos e outros rendimentos:

RÉDITOS E OUTROS RENDIMENTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Vendas de bens	43.471.183	45.807.205
Prestação de serviços	7.562	8.217
Subsídios	107.885	
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos suplementares	820.841	417.560
Descontos de pronto pagamento obtidos	8.179	7.714
Ganhos em inventários		2.520
Rendimentos e ganhos em subsidiárias	85.453	448.667
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	7.881	10.611
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	17.742	13.179
Outros		
Correcções períodos anteriores	113.100	20.727
Excesso de estimativa	242.047	145.137
Imputação de subsídios para investimentos	29.092	44.715
Ganhos em outros instrumentos financeiros	4.345	
Outros	47.761	25.112
Rendimentos e ganhos de financiamento		
Juros obtidos	561	165
Outros rendimentos similares	5	138.374
Total	44.963.637	47.089.903

15 – Diferenças de Câmbio

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

EUR

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Diferenças de Câmbio		
Reconhecidas em resultados do período:		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	34.763	21.007
Diferenças de câmbio favoráveis	7.881	10.611

16 – Impostos sobre o rendimento

QUANTIA ESCRITURADA DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

EUR

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	1.758.343	2.450.740
Imposto corrente	448.760	343.660
Imposto diferido	-74.284	-51.178
Imposto sobre o rendimento do período (4 = 2 + 3)	374.476	292.482
Tributações autónomas	58.623	62.050

17 – Instrumentos financeiros

17.1 Os valores de terceiros estão detalhados como se segue:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Clientes	7.137.140	8.767.800
Conta corrente	6.894.756	8.344.902
Titulos a receber	228.497	411.066
Cobrança duvidosa	234.434	346.888
Imparidades	-220.547	-335.055
Fornecedores	7.203.195	7.548.709
Outras contas a pagar	2.767.190	2.614.111
Pessoal	5.165	
Fornecedores investimentos	599.342	816.310
Credores por acréscimos de gastos - juros	84.083	180.822
Credores por acréscimos de gastos - seguros	7.352	577
Credores por acréscimos de gastos - férias e subsídios de férias	1.101.718	1.080.521
Credores por acréscimos de gastos - outros	408.859	531.660
Outros credores	560.672	4.221
Outras contas a receber	304.155	1.938.106
Pessoal	18.386	24.603
Dev edores por acréscimos de rendimentos	156.829	335.277
Outros dev edores	128.940	1.578.226
Total	17.411.681	20.868.726

17.2 Estado e outros Entes Públicos:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2011			31-12-2010		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Estado e outros entes públicos						
Ativos						
Imposto sobre o rendimento	354.472		354.472	179.149		179.149
Imposto sobre o valor acrescentado	329.829		329.829	145.768		145.768
Total	684.301		684.301	324.917		324.917
Passivos						
Imposto sobre o rendimento	448.760		448.760	343.660		343.660
Retenção de impostos sobre rendimentos	62.017		62.017	65.286		65.286
Imposto sobre o valor acrescentado				11.925		11.925
Outros impostos	112		112	116		116
Contribuições para a segurança social	139.388		139.388	144.047		144.047
Total	650.277		650.277	565.034		565.034

17.3 Diferimentos:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2011			31-12-2010		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Diferimentos						
Ativos						
Gastos a reconhecer - juros	21.621		21.621			
Gastos a reconhecer - seguros	44.563		44.563	29.289		29.289
Gastos a reconhecer - outros	105.914		105.914	96.972		96.972
Total	172.098		172.098	126.261		126.261
Passivos						
Rendimentos a reconhecer - outros	351.011		351.011	381.414		381.414
Total	351.011		351.011	381.414		381.414

17.4 Ativos detidos para negociação:

ACTIVOS FINANCIEROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

EUR

Descrição	Corrente	Não corrente	Total
Valor em 01-01-2011	15.000		15.000
Perdas por redução de justo valor	800		800
Valor em 31-12-2011	14.200		14.200

17.5 Caixa

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Caixa e depósitos bancários		
Ativos		
Caixa	4.167	5.432
Depósitos à ordem	371.638	567.963
Total	375.805	573.395
Passivos		
Depósitos à ordem	350.057	73.712
Total	350.057	73.712

17.6 Financiamentos

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2011			31-12-2010		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Financiamentos obtidos						
Instituições de crédito e sociedades financeiras	4.141.810	12.789.327	16.931.137	8.916.379	9.119.835	18.036.214
Total	4.141.810	12.789.327	16.931.137	8.916.379	9.119.835	18.036.214

17.7 Capital

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Capital próprio		
Capital	10.000.000	2.500.000
Reservas legais	2.000.000	1.000.000
Outras reservas	1.274.052	7.424.984
Resultados transitados		-54.057
Ajustamentos em ativos financeiros	3.065.753	2.865.569
Excedentes de revalorização	7.627.062	8.320.596
Outras variações no capital próprio	179.179	208.272
Resultado líquido do período	1.383.867	2.158.257
Total	25.529.913	24.423.621

17.8 Os instrumentos de dívida, para cobertura de risco são os que se seguem:

CONTABILIDADE DA COBERTURA POR CADA NATUREZA DO RISCO QUE ESTEJA A SER COBERTO

EUR

Descrição		31.12.2011			31.12.2010		
		Elementos cobertos			Elementos cobertos		
		Valor Nocial	Taxa Fixa	Justo valor	Valor Nocial	Taxa Fixa	Justo valor
Risco de taxa de juro de instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado	Contrato SWAP 1	5.000.000	3,60%	-90.285	5.000.000	3,60%	-216.203
	Contrato SWAP 2	2.500.000	3,75%	-82.732	2.500.000	3,75%	-135.647
	Contrato SWAP 3	-	-		3.750.000	3,35%	-43.624
	Contrato SWAP 4	1.500.000	4,53%	-24.431	1.500.000	4,53%	-75.390
	Contrato SWAP 5	-	-		62.500	4,29%	-509
	Contrato SWAP 6	5.000.000	5,15%	-357.609	5.000.000	5,15%	-473.451
	Contrato SWAP 7	-	-		2.000.000	4,10%	-58.205
	Contrato SWAP 8	-	-		2.000.000	3,48%	-46.070
Total	14.000.000		-555.057	21.812.500		-1.049.099	

17.9 Divulgação de informação de imparidades:

PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS AO CUSTO

EUR

Descrição	Perdas por imparidade ano	Acumulado
Dívidas a receber de clientes	57.895	220.547
Inventários - matérias primas		57.362
Total	57.895	277.909

17.10 Informação das dívidas de Cobrança Duvidosa:
DÍVIDAS REGISTRADAS COMO DE COBRANÇA DUVIDOSA

EUR

Descrição	Valor
Relativas a processos de insolvência e de recuperação de empresas ou processos de execução	
Reclamadas judicialmente	36.990
Em mora:	183.557
Há mais de vinte e quatro meses	123.897
Há mais de dezoito meses e até vinte e quatro meses	9.320
Há mais de doze meses e até dezoito meses	7.640
Há mais de seis meses e até doze meses	40.412
Até seis meses	2.289
Total	220.547

17.11 Ativos e Passivos Financeiros:
INFORMAÇÃO RELATIVA A ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

EUR

Descrição	Mensurados ao justo valor através de resultados	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada
Ativos Financeiros:			
Clientes		7.137.140	220.547
Outras contas a receber		304.155	
Ativos Financeiros detidos para negociação	14.200		
Passivos Financeiros:			
Fornecedores		7.203.195	
Financiamentos obtidos		16.931.137	
Outras contas a pagar		2.767.190	

18. Divulgação de informação de Fornecimentos e Serviços Externos:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

EUR

Descrição	31.12.2011	31.12.2010
Subcontratos	245.347	253.778
Trabalhos especializados	517.394	339.234
Publicidade e propaganda	228.549	291.050
Vigilância e segurança	81.736	79.556
Honorários	110.157	94.673
Comissões	573.565	624.125
Conservação e reparação	899.036	736.265
Outros	66.692	104.213
Total serviços especializados	2.477.129	2.269.115
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	142.489	137.537
Livros e documentação técnica	1.899	1.562
Material de escritório	16.499	13.545
Artigos para oferta	57.303	47.392
Outros	1.072	
Total materiais	219.263	200.036
Electricidade	786.254	719.596
Combustíveis	88.160	76.737
Água	13.067	14.078
Outros	530	374
Total energias e fluídos	888.010	810.784
Deslocações e estadas	252.212	244.814
Transporte de mercadorias	2.043.226	2.108.718
Total deslocações, estadas e transportes	2.295.437	2.353.532
Rendas e alugueres	25.982	49.362
Comunicação	79.251	78.820
Seguros	183.822	135.348
Contencioso e notariado	14.525	3.837
Despesas de representação	253.375	303.628
Limpeza, higiene e conforto	62.623	55.054
Outros serviços	7.226	6.922
Total serviços diversos	626.803	632.971
Total fornecimentos e serviços externos	6.751.990	6.520.216

19. Divulgação de informação de Gastos com o Pessoal:

PESSOAS AO SERVIÇO E HORAS TRABALHADAS

EUR

Descrição	Número médio de pessoas	Número de horas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:		
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	339	592.825
Pessoas não remuneradas ao serviço da empresa		
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:		
Pessoas ao serviço da empresa a tempo completo	339	592.825
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	339	592.825
Pessoas ao serviço da empresa a tempo parcial		
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial		
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:		
Homens	150	272.666
Mulheres	189	320.159
Pessoas ao serviço da empresa, das quais:		
Pessoas ao serviço da empresa, afectas à investigação e desenvolvimento	45	
Prestadores de serviços	16	5.782
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário	56	

GASTOS COM O PESSOAL

EUR

Descrição	31.12.2011	31.12.2010
Gastos com o pessoal	8.238.204	8.326.525
Remunerações dos órgãos sociais	528.764	563.177
Das quais: Participação nos lucros	188.364	170.959
Remunerações do pessoal	5.506.861	5.508.373
Encargos sobre remunerações	1.234.491	1.231.219
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	64.530	69.167
Gastos de acção social	57.423	46.846
Outros gastos com pessoal	846.135	907.743
Dos quais:		
Gastos com formação	66.350	67.927

20. Divulgação de informação de Rendimentos e Ganhos:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

EUR

Descrição	31.12.2011	31.12.2010
Rendimentos suplementares	820.841	417.560
Descontos de pronto pagamento obtidos	8.179	7.714
Ganhos em inventários		2.520
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	7.881	10.611
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	17.742	13.179
Outros	436.345	235.691
Juros obtidos	561	138.540
Outros rendimentos similares	5	
Total outros rendimentos e ganhos	1.291.554	825.814

21 - Divulgação de informação de Outros gastos e perdas

OUTROS GASTOS E PERDAS

EUR

Descrição	31.12.2011	31.12.2010
Impostos	83.516	87.451
Descontos de pronto pagamento concedidos	303.873	279.555
Dívidas incobráveis		1.037
Perdas em inventários	169.929	370.819
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		1.898
Outros		
Correcções relativas a períodos anteriores	8.649	64.130
Doativos	45.303	50.179
Quotizações	10.020	9.420
Ofertas e amostras em inventários	60.869	30.328
Outros	94.802	71.523
Total outros gastos e perdas	776.961	966.339

22 - Divulgação de informação de juros e gastos similares suportados

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

EUR

Descrição	31.12.2011	31.12.2010
Juros suportados	1.262.319	1.331.956
Total juros e gastos similares suportados	1.262.319	1.331.956

23 - Divulgação de informação gastos de depreciações

GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES

EUR

Descrição	31.12.2011	31.12.2010
Ativos fixos tangíveis	2.569.563	2.760.962
Edifícios	691.003	643.962
Equipamento básico	1.619.493	1.868.059
Equipamento transporte	137.079	110.993
Equipamento administrativo	69.745	70.974
Outros ativos fixos tangíveis	52.243	66.975
Ativos intangíveis	125.554	135.669
Projectos desenvolvimento	92.114	98.484
Propriedade industrial	33.439	37.185
Total gastos de depreciações e amortizações	2.695.117	2.896.631

24 – Divulgações exigidas por diplomas legais

INFORMAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS RELATIVA AO ANO DE 2011

EUR

Descrição	Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	11.805.482	24.111.370	7.554.330	43.471.183
Prestações de serviços	7.562			7.562
Compras	11.802.653	10.806.734	1.325.832	23.935.219
Fornecimentos e serviços externos	5.580.630	1.112.610	58.750	6.751.990
Aquisições de activos fixos tangíveis	1.536.542	444.141		1.980.682
Outros rendimentos suplementares	159.574	656.425	4.841	820.841

INFORMAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS RELATIVA AO ANO DE 2010

EUR

Descrição	Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	14.795.750	23.337.831	7.673.623	45.807.205
Prestações de serviços	8.217			8.217
Compras	10.734.171	10.272.788	653.676	21.660.635
Fornecimentos e serviços externos	5.711.558	720.726	87.932	6.520.216
Aquisições de activos fixos tangíveis	1.997.193	356.622		2.353.815
Aquisições de activos intangíveis		20.875		20.875
Outros rendimentos suplementares	417.560			417.560

HONORÁRIOS FATURADOS

EUR

Descrição	2011		2010	
Revisão legal das contas	15.498	15.498	15.183	15.183
Outros serviços			363	363
Totais	15.498	15.498	15.546	15.546

Garantias Prestadas	Beneficiário	Valor
Garantias Bancárias		
Caixa Geral de Depósitos	APCMC	16.000

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

IV. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Individuais

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram submetemos à apreciação dos Exmos. Srs. Accionistas o nosso relatório e parecer sobre o Relatório e Contas elaborado pela Administração da OLIVEIRA & IRMÃO, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.
2. Acompanhamos a actividade da Empresa durante o exercício, nomeadamente, em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais.
3. Os termos da Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas foram ponderados e, por merecerem a nossa concordância, são assumidos como parte integrante do presente relatório.
4. Em face do exposto, relevando as conclusões do Revisor Oficial de Contas, e não tendo conhecimento de violação da lei e dos estatutos, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual aprove:
 - a) O Relatório da Administração, bem como as contas por este apresentadas.
 - b) A proposta da Administração quanto à aplicação de resultados.

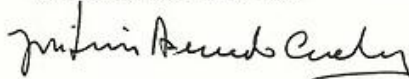
Aveiro, 5 de Abril de 2012

O CONSELHO FISCAL



Dr. António Maria Antas Teles

- PRESIDENTE



Eng.º José Luis Azevedo Cacho

- VOGAL



Dr. Artur Armando Frederico Moreira (ROC n.º. 848)

- VOGAL E ROC

V. Certificação Legal de Contas – Contas Individuais

MOREIRA & NADAIS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Inscrita na OROC sob o nº. 202
Contribuinte nº. 507 707 192

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **OLIVEIRA & IRMÃO, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de 54.356.134 euros e um total de capital próprio de 25.529.913 euros, incluindo um resultado líquido de 1.383.867 euros), a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO


7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **OLIVEIRA & IRMÃO, S.A.** em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 5 de Abril de 2012

MOREIRA & NADAIS,
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.
Representada por


Artur Armando Frederico Moreira, ROC nº. 848

VI. Demonstrações Financeiras Consolidadas

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias apresentamos e submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício de 2011.

As contas consolidadas da Oliveira & Irmão, S.A., relativas a 2011, dizem respeito às seguintes sociedades:

- Oliveira & Irmão, SA. (Sociedade Mãe);
- Oli, Srl., detida em 99,0%;
- Moldaveiro - Moldes, Lda., detida em 83,0%;
- Soplasmor - Soc. Plásticos do Norte, SA., detida em 79,9%.
- Nuno & Gradeço – Materiais de Construção, SA., detida em 99,1%

A Oli, Srl., com sede em Itália, mantém a sua atividade distribuidora em Itália dos produtos industriais da sociedade-mãe, complementando esta atividade com uma interessante atividade de reexportação (e de divulgação) dos produtos da sociedade-mãe em mercados com maior afinidade com Itália, fazendo ainda a articulação de parcerias comerciais com alguns importantes grupos do sector, com centros de decisão em Itália (ou de relacionamento privilegiado nesse mercado).

A Moldaveiro - Moldes, Lda., que produz moldes para a injeção de plástico, trabalha principalmente para a sociedade-mãe e outras empresas do grupo em Itália, continuando a desempenhar um papel estrategicamente importante, seja pela capacidade de projetar e produzir moldes adaptados às especificidades da nossa indústria e dos nossos clientes e mercados, seja pelo labor para assegurar a normal e atempada manutenção dos moldes da sociedade-mãe.

A Soplasmor – Sociedade de Plásticos do Norte, S.A., vocacionada para a produção tubagens de PVC e PE para vários fins, está neste momento com toda a atividade industrial e comercial suspensa desde 2009, encontrando em fase de liquidação de todos os seus ativos e passivos.

A Nuno & Gradeço, SA, que promove a revenda de produtos e materiais para a construção civil, entrou recentemente na esfera de influência da sociedade-mãe, numa tentativa de, por um lado melhorar a cobertura do mercado e por outro lado ultrapassar dificuldades financeiras que vinha experimentando. A experiência foi mal sucedida e como referido no relatório da sociedade-mãe, já no exercício de 2012 a Assembleia Geral da Nuno & Gradeço pronunciou-se no sentido de se proceder à dissolução e liquidação da empresa.

No que diz respeito ao volume de vendas consolidado verificamos uma ligeira quebra de 0,3%, tendo atingido o valor total de 51.977.656 euros. A comparabilidade com o ano anterior é limitada pela inclusão este ano da participada Nuno & Gradeço.

Em termos de desempenho económico e financeiro os dados consolidados refletem a seguinte evolução:

- O resultado líquido consolidado teve uma evolução favorável tendo aumentado de 104.294 euros para 609.085 euros. Se é de destacar o resultado positivo da Oliveira & Irmão, da Oli e da Moldaveiro, a contrapor temos o resultado negativo das operações de venda de ativos da Soplasnor que não permitiram melhores resultados e o resultado negativo da Nuno & Gradeço, pela primeira vez consolidada na esfera da Oliveira & Irmão.
- Aumento do Cash-Flow em 20% cifrando-se em 4.426.921 euros. Estes meios libertos permitiram reduzir o endividamento bancário do grupo e ao mesmo tempo suportar as atividades de investimento.
- Igualmente ao nível do EBITDA consolidado verifica-se um aumento de 6%, atingindo os 6.159.279 euros. Todo o trabalho de otimização na afetação de recursos, as preocupações de melhoria contínua com impacto na eficácia e eficiência das operações, nomeadamente na área da produção contribuíram decisivamente para este desempenho. O rácio endividamento bancário sobre o EBITDA continua o seu percurso de melhoria passando de 4,2 para 3,75.
- A autonomia financeira manteve-se na ordem dos 37%.

Em termos de estratégia de grupo, depois da desativação da Soplasnor e da iminente dissolução da Nuno & Gradeço, queremos concentrar-nos ainda mais na nossa atividade de base da sociedade-mãe, procurando fortalecer as empresas que sustentam a base do negócio, a saber:

- A Moldaveiro, como instrumento importante para fornecer moldes à sociedade-mãe, em condições técnicas e de oportunidade excelentes (a par com a cada vez mais exigente manutenção dos moldes existentes).
- A Oli SRL, como importante instrumento de distribuição dos produtos da sociedade-mãe no difícil (por muito disputado), mercado italiano (e, como já referido, ainda em alguns mercados que estrategicamente julgamos melhor trabalhados se a partir de Itália).
- A Oliveira & Irmão, SA, sociedade-mãe, que se deve afirmar como núcleo central e motor do pequeno grupo de empresas que a integram.

O relatório da sociedade-mãe foi elaborado de modo a refletir, de forma adequada, a estratégia de atuação de grupo tendo em conta a proximidade e afinidade de objetivos estratégicos existentes entre as várias sociedades. A fim de evitarmos repetições desnecessárias e fastidiosas, consideramos aquele relatório como parte integrante deste e aqui implicitamente reproduzido.

Passamos a fazer uma análise sucinta, para cada uma das empresas procurando indicar, se bem que de forma resumida, os aspetos mais significativos no que respeita à estratégia de grupo:

Oliveira & Irmão

Os vários documentos que antecedem este relatório são elucidativos relativamente ao peso e posicionamento desta empresa como núcleo do grupo. Como acabamos de referir, esta empresa afirma-se cada vez mais, como núcleo e motor das demais empresas do grupo (agora mais concentrado e coeso).

É forte determinação da Administração reforçar, por vários meios, a competitividade da empresa. A recente crise europeia (mais que a nacional), obriga-nos a reposicionar a empresa nos mercados internacionais bem mais longe (e fora) da Europa.

Depois de um profundo trabalho de reorganização dos processos internos (trabalho este que nos satisfaz, mas que está ainda em curso), estamos a repensar o nosso posicionamento geográfico, procurando alargar a base geográfica em que trabalhamos e diminuir assim o peso das vendas na Europa (que inevitavelmente sofrerão com a atual crise).

O volume de negócios diminuiu 5%, atingindo o valor de 43.478.745 euros. Parte desta diminuição de vendas ficou a dever-se à atividade imobiliária, cujas vendas passaram de 1.812.500 euros em 2010 para 370.000 euros em 2011.

O investimento cifrou-se em 1.951.207 euros dentro da mesma ordem de grandeza do ano anterior. Os resultados atingiram o valor de 1.383.867 euros.

Oli

Começamos por referir a mudança da designação da empresa, agora OLI, para uma melhor identificação com a marca que promovemos e a que queremos dar uma cada vez maior notoriedade internacional.

Como referido esta empresa é, sobretudo, a filial comercial italiana da sociedade-mãe, distribuindo em Itália os produtos da Oliveira & Irmão. Complementa, porém, esta atividade com a distribuição (reexportação ou "representação") em alguns mercados, por razões de maior afinidade com esses mercados daqueles produtos. Esta estratégia tem-se mostrado acertada, na medida em que permite otimizar o potencial de vendas da sociedade-mãe com uma complementaridade que potencia a rentabilidade das duas empresas. A crise que começou a tocar a Itália no exercício

findo (e que tememos, se aprofunde este ano), a par com uma acrescida agressividade da concorrência local condicionaram o desempenho da empresa.

As vendas desta sociedade apresentaram um pequeno aumento de 3%, atingindo o valor de 11.558.181 euros. Em termos de resultados líquidos houve uma diminuição em 2011 para 60.889 euros, em parte explicada pelo aumento dos gastos com pessoal, relacionados com a reorganização da equipa comercial.

Moldaveiro

Esta empresa continua a trabalhar em grande medida para a sociedade mãe, sendo que em 2011 consolidou as suas vendas também a outras empresas do grupo em Itália (Valsir e Oli).

O volume de negócios em 2011 foi de 1.221.907 euros o que representa um aumento de 12,1% face a 2010. O resultado líquido foi de 30.329 euros.

Soplasnor

Em 2011 continuou a liquidação do seu ativo, nomeadamente algum equipamento básico e stocks, o que ajudou a suportar os compromissos da empresa para com terceiros. O resultado líquido negativo da Soplasnor ascendeu a 1.064.635 euros em grande parte explicado pelas menos valias apuradas aquando da venda dos equipamentos.

No que diz respeito ao principal ativo da Soplasnor, o seu imóvel, foram vários os contactos e as hipóteses de o rentabilizar. Pela primeira vez neste ano equacionou-se o aluguer das instalações como opção para rentabilizar aquele espaço. Inclusive podemos acrescentar que já em 2012, está em curso uma possibilidade de arrendamento do espaço por uma empresa da área de logística com potencial de se concretizar. Depende esta possibilidade de um concurso em curso, onde 2 dos 3 concorrentes contactaram a Administração da Soplasnor com vista a um possível interesse no arrendamento das instalações.

É nossa convicção que dadas as entidades envolvidas e o tipo de negócio proposto se nos afigura como uma boa hipótese que permitirá à Soplasnor não só satisfazer os seus compromissos bancários, mas também devolver à sociedade-mãe o empréstimo que esta lhe tem concedido para ajudar a solver os seus compromissos.

Nuno & Gradeço

Esta empresa e pelas razões apresentadas concentrará os seus esforços na liquidação dos seus ativos e passivos, havendo o compromisso de todos os seus órgãos sociais em cumprir até ao fim com todas as suas obrigações.

Estratégias futuras

Oliveira & Irmão

Para além do atrás referido no relatório individual da Oliveira & Irmão, apenas queremos acrescentar e reforçar que contamos, com a já várias vezes repetida estratégia de diversificação de mercados conseguir sustentar e superar a crise que inevitavelmente sentiremos nalguns mercados europeus. Contamos melhorar o nível de resultados e o desempenho de toda a organização.

Oli

Em relação à nossa participada italiana reforçaremos a estratégia e política atual, procurando melhorar o desempenho do seu sector exportador, sobretudo porque, tememos, as vendas em Itália experimentarão uma forte contração.

Moldaveiro

A Moldaveiro, para além de ensaiar um melhor entrosamento com a empresa-mãe, com uma mais profunda e profícua interação com os seus departamentos de investigação e desenvolvimento e produtivo, deverá, no exercício ora iniciado, melhorar o seu desempenho económico e estratégico, de modo a melhor acompanhar as cada vez mais difíceis exigências dos mercados em que se insere a sociedade-mãe.

Soplasnor e Nuno & Gradeço

Continuaremos determinados na venda dos seus ativos e liquidação dos passivos, o que permitirá uma maior concentração nas áreas mais estratégicas para o grupo.

Conclusão

A terminar queremos apenas reforçar a nossa determinação em fortalecer a robustez de cada uma das sociedades, reforçando a sua autonomia económica de modo a que possam, de uma maneira mais positiva, contribuir para o bom desempenho do grupo.

Aveiro, 02 de Abril de 2012

O Conselho de Administração,

António Manuel Moura de Oliveira

Rui Alberto Moura de Oliveira

Maria Pereira de Moura

Pier Andreino Niboli

Federica Niboli

Balanço Consolidado em 31.12.2011 e 31.12.2010

EUR

Rubricas	Notas	Períodos	
		31.12.2011	31.12.2010
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativ os fixos tangív eis	7	25,737,576	24,449,582
Ativ os intangív eis	6	1,519,566	1,670,531
Participações financeiras - Mét. equiv . patrimonial	5	54,998	
Participações financeiras - Outros métodos		38,149	25,549
Ativ os por impostos diferidos		68,901	
		27,419,190	26,145,662
Ativo corrente			
Inv entários	10	9,068,042	9,593,669
Clientes	17	13,164,865	11,903,081
Estado e outros entes públicos		999,525	113,807
Outras contas a receber	17	1,124,490	2,353,287
Diferimentos	17	185,797	132,867
Ativ os financeiros detidos para negociação	17	14,200	15,000
Ativ os não correntes detidos para venda		7,191,589	7,998,087
Caixa e depósitos bancários	4	1,754,816	2,616,682
		33,503,324	34,726,481
Total do Ativo		60,922,514	60,872,143
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital realizado	17	10,000,000	2,500,000
Prémios de emissão	17	4,653	4,653
Reserv as legais	17	2,252,864	1,131,457
Outras reserv as	17	5,068,854	10,713,397
Resultados transitados	17	-2,876,518	-739,091
Excedentes de rev alorização	17;7	7,627,062	8,320,596
Outras v ariações no capital próprio	17	179,179	208,272
Resultado líquido consolidado do período	17	823,357	563,319
Interesses minoritários	17	-411,355	-167,136
Total do Capital Próprio		22,668,097	22,535,467
Passivo			
Passivo não corrente			
Prov isões		290,902	189,664
Financiamentos obtidos	8;9	13,169,329	11,078,357
Passiv os por impostos diferidos		1,110,138	1,185,289
		14,570,369	12,453,310
Passivo corrente			
Fornecedores	17	9,133,031	8,922,085
Adiantamentos de clientes		19,307	18,954
Estado e outros entes públicos		862,599	471,230
Financiamentos obtidos	8;9	9,952,176	13,257,874
Outras contas a pagar	17	3,280,733	2,831,810
Diferimentos	17	436,202	381,414
		23,684,048	25,883,367
Total do Passivo		38,254,417	38,336,676
Total do Capital Próprio e do Passivo		60,922,514	60,872,143

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Oliveira & Irmão, S.A.

Apartado 705 – Variante da Cidade – Esgueira – 3801-851 Aveiro – Portugal

Tel.: +351 234 300 200 – Fax: +351 234 300 210 – E-Mail: geral@oli.pt – Internet: www.oli.pt

Demonstração consolidada dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2011 e 31.12.2010

EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2011	2010
Vendas e serviços prestados	20	51,977,656	52,105,743
Subsídios à exploração	13	127,004	4,075
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	17	4,000	
Variação nos inventários da produção	11	-508,190	-1,556,274
Trabalhos para a própria entidade		811,163	610,515
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	11	-25,446,737	-24,767,764
Fornecimentos e serviços externos	20	-9,216,830	-8,677,329
Gastos com pessoal	5	-10,860,426	-10,142,862
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	10	-148,126	-242,179
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	17	-510,148	-198,230
Provisões (aumentos/reduções)	17	-151,070	-60,000
Aumentos/Reduções de justo valor	17	-800	
Outros rendimentos e ganhos	12	2,118,452	2,192,100
Outros gastos e perdas	14;18	-2,036,670	-3,470,628
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6,159,279	5,797,170
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6;7	-3,007,692	-3,080,833
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3,151,586	2,716,336
Juros e gastos similares suportados	16;19	-1,996,912	-2,008,832
Resultado antes de impostos		1,154,674	707,504
Imposto sobre rendimento do período	15	-545,589	-603,210
Resultado líquido do período		609,085	104,294
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe	17	823,357	563,319
Interesses minoritários		-214,272	-459,025
		609,085	104,294
Resultado por acção básico		1.22	0.21

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Demonstração consolidada Fluxos de Caixa período findo em 31.12.2011 e 31.12.2010

EUR

Rubricas	Períodos	
	2011	2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes	59,269,517	60,500,827
Pagamentos a fornecedores	-42,009,886	-37,256,868
Pagamentos ao pessoal	-10,024,705	-9,297,551
Caixa gerada pelas operações	7,234,926	13,946,408
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-768,818	-387,452
Outros recebimentos/pagamentos	211,636	-1,865,395
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	6,677,744	11,693,561
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativ os fixos tangív eis	-2,956,081	-2,004,433
Ativ os intangív eis	-2,841	-140,956
Inv estimentos financeiros	-5,000	-15,000
Recebimentos provenientes de:		
Ativ os fixos tangív eis	388,079	978,309
Inv estimentos financeiros	58	
Juros e rendimentos similares	141,711	45,308
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-2,434,073	-1,136,773
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	10,151,324	5,418,306
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-13,539,783	-12,414,304
Juros e gastos similares	-1,717,078	-1,627,735
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-5,105,537	-8,623,734
Variação de caixa e seus equiv alentes (1+2+3)	-861,866	1,933,054
Caixa e seus equivalentes no início do período	2,616,682	683,628
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1,754,816	2,616,682

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio
 Demonstração consolidada das alterações no capital próprio no período 2010

EUR

DESCRIÇÃO		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe								Interesses minoritários	Total do Capital Próprio	
		Capital realizado	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010	1	2.500.000	4.653	674.802	7.599.326	3.582.329	3.148.533		-2.715.531	14.794.112	1.173.837	15.967.948
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										0		
Realização do excedente de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis							171.578			171.578		171.578
Excedentes de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações							8.266.626			8.266.626		8.266.626
Ajustamentos por impostos diferidos							-820.983			-820.983		-820.983
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				456.655	3.114.071	-4.321.420	-2.445.158	208.272	2.715.531	-272.049	-1.340.973	-1.613.022
	2	0	0	456.655	3.114.071	-4.321.420	5.172.063	208.272	2.715.531	7.345.172	-1.340.973	6.004.199
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								563.319	563.319		563.319
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3								3.278.850	3.278.850	-1.340.973	6.567.518
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									0	0		0
	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2010	6=1+2+3+5	2.500.000	4.653	1.131.457	10.713.397	-739.091	8.320.596	208.272	563.319	22.702.603	-167.136	22.535.467

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio no período 2011

EUR

DESCRIÇÃO		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe								Interesses minoritários	Total do Capital Próprio	
		Capital realizado	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011	6	2.500.000	4.653	1.131.457	10.713.397	-739.091	8.320.596	208.272	563.319	22.702.603	-167.136	22.535.467
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										0		
Realização do excedente de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis										0		0
Excedentes de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações										0		0
Ajustamentos por impostos diferidos										0		0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		7.500.000		1.121.407	-5.644.543	-2.137.427	-693.534	-29.093	-563.319	-446.509	-244.219	-690.728
	7	7.500.000	0	1.121.407	-5.644.543	-2.137.427	-693.534	-29.093	-563.319	-446.508	-244.219	-690.727
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								823.357	823.357		823.357
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8								260.038	260.038	-244.219	132.630
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									0	0		0
	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2011	11=6+7+8+10	10.000.000	4.653	2.252.864	5.068.854	-2.876.518	7.627.062	179.179	823.357	23.079.451	-411.355	22.668.097

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

I. Informações relativas às empresas incluídas na consolidação

1. Empresas incluídas na consolidação

Foram incluídas na consolidação, a empresa-mãe e todas as suas subsidiárias, que se indicam de seguida:

Firma/Sede Social	Capital Deído	Capital Social
Oli, Srl. Località Piani di Mura 25070 Casto (BS) – Itália	99,0%	1.000.000
Moldav eiro – Moldes, Lda. Lugar do Milão, Esgueira – Aveiro	83,0%	249.399
Soplasnor – Indústria de Plásticos do Norte, SA. Rua das Poças, Lavra	79,9%	6.800.000
Nuno & Gradeço - Materiais de Construção, SA. Paraimo, Sangalhos	99,07%	1.500.000

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1- Referencial contabilístico adotado e bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC). A comissão de normalização contabilística regulamentou os investimentos em subsidiárias e consolidação emitindo a NCRF 15 – Investimentos em subsidiárias e consolidação, a qual tem por base a IAS 27 - Consolidated and separate financial statements.

Os investimentos financeiros nas Demonstrações Financeiras individuais, são valorizadas de acordo com o método da equivalência patrimonial (MEP). As empresas incluídas no ponto 1 são consideradas subsidiárias, porque a empresa mãe tem uma participação superior a 50%, detendo o controlo exclusivo.

A consolidação das empresas subsidiárias referidas na nota 1 efetuou-se pelo método da integração global. As transações e saldos significativos entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado no Balanço na rubrica interesses minoritários.

Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (nota 1), mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3- Principais políticas contabilísticas

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras:

ATIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que a entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado, venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método linear em conformidade com o período de vida útil estimado.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (*data de transição para NCRF*), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Os edifícios e os terrenos foram revalorizados em 2010, por uma entidade externa, denominada L2i – Investimentos Imobiliários, Lda.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data da alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas de outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA (NCRF 8)

Na nossa subsidiária Soplasnor os ativos não correntes foram classificados como detidos para venda. Os ativos estão disponíveis para venda imediata nas suas condições atuais.

Os edifícios e terrenos foram avaliados em 2010 e ajustados na contabilidade e reclassificados posteriormente, pelo que o valor a recuperar expectável, como preço de venda, é o registado na contabilidade.

LOCAÇÕES (NCRF 9)

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo. A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes, e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NCRF10)

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor contratado nominal, as despesas com comissões e com a sua emissão são contabilizadas como gastos do período. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na Demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, e quando a liquidação se diferir por mais de 12 meses após a data de relato, como passivo não corrente.

A empresa apenas capitalizou juros de empréstimos obtidos, na construção do edifício no centro da cidade de Aveiro e este custo é parte integrante do ativo, porque lhe é diretamente atribuível. O montante de juros capitalizado foi determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor.

A taxa de capitalização utilizada no exercício foi a cobrada pelo Banco que corresponde à Euribor a três meses adicionado de um spread de 1,5. A política de capitalização da entidade resume-se da seguinte forma:

- A capitalização de gastos com empréstimos começou no início do investimento;
- A capitalização terminou quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou venda se encontrem substancialmente concluídas;
- Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

IMPARIDADE DE ATIVOS (NCRF 12)

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resultem, alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, reconhecemos uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos Resultados na rubrica de perdas por imparidade.

A reversão de Perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos Resultados, na rubrica de reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

À data do Balanço foi avaliada a imparidade dos inventários e dos clientes. Constatou-se que existia evidência objetiva de imparidade nos clientes, por isso foram reconhecidas na Demonstração de resultados.

INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (NCRF 15)

As participações financeiras são inicialmente reconhecidas ao custo e posteriormente ajustadas pelo Método de Equivalência Patrimonial. A consolidação é pelo método integral, porque as participações e o controlo nas subsidiárias assim o exigem.

Na empresa-mãe os ganhos e perdas das suas associadas após a aquisição é contabilizado em ganhos ou perdas por contrapartida do valor do investimento financeiro, sendo após a data do balanço transferido para reservas sempre que não é distribuído. Quando a participação pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, for uma perda e igualar ou ultrapassar o investimento na associada, a empresa-mãe deixa de reconhecer perdas adicionais, exceto se tiver assumido obrigações em nome da associada.

Os ganhos não realizados em transações com as associadas são eliminados na consolidação.

As políticas contabilísticas das associadas, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

INVENTÁRIOS (NCRF 18)

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio de saídas.

Os produtos acabados e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção o qual inclui o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico. A saída é custeada pelo método do custo padrão.

Nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização, é registada uma perda por imparidade para depreciação de inventários.

RÉDITO (NCRF 20)

A empresa reconhece rédito sempre que possa ser razoavelmente mensurável, seja provável que obtenha benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando são satisfeitas todas as seguintes condições:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES (NCRF 21)

A empresa constituiu uma provisão para garantias a clientes, dado que os nossos produtos têm um prazo de reclamação em garantia, tem uma obrigação presente resultante de um evento passado, e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos. O montante da obrigação foi calculado com base no histórico dos últimos três exercícios.

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO (NCRF 22)

Os subsídios à exploração nomeadamente os subsídios da formação, são reconhecidos na Demonstração dos resultados na parte proporcional dos gastos suportados, satisfazendo o princípio da especialização dos exercícios.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis são registados no Capital próprio e reconhecidos na Demonstração dos resultados, proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos subsidiados.

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (NCRF 23)

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transação.

À data de fecho é efetuada a atualização cambial de saldos (itens monetários) em aberto, aplicando a taxa de câmbio em vigor a essa data. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do Balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na Demonstração dos resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), no apuramento da matéria coletável, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

A empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – impostos diferidos.

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor, e são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As Perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados em moeda estrangeira, são atualizadas nas datas de relato, às taxas de câmbio em vigor.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na Demonstração dos resultados do período em que são geradas.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

Instrumentos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros e passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se forem principalmente adquiridos ou assumidos com a finalidade de venda ou de recompra num prazo muito próximo, ou se fizerem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam geridos em conjunto e para os quais exista evidência de terem sido recentemente proporcionados lucros reais.

Estes ativos e passivos são valorizados ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (NCRF 28)

A entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social e participações nos lucros. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.
- Benefícios de cessação de emprego: a entidade reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por terminado o prazo de caducidade do contrato de trabalho a termo ou por acordo de rescisão.

3.2 - Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir das mesmas.

4 – Fluxos de caixa

A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é a seguinte:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO

EUR

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	8,008	23,802,939	23,803,796	7,152
Depósitos à ordem	2,558,674	189,772,495	190,683,504	1,647,665
Outros depósitos bancários	50,000	1,130,000	1,080,000	100,000
Total de caixa e depósitos bancários	2,616,682	214,705,434	215,567,299	1,754,817

5.1 - Investimentos em subsidiárias e consolidação

LISTAGEM DOS INVESTIMENTOS SIGNIFICATIVOS EM SUBSIDIÁRIAS

EUR

Descrição	Período 2011					Período 2010					
	País de constituição / sede social	Interesse nas investidas		Método usado na contabilização	Quantia escriturada dos investimentos no fim do período	País de constituição / sede social	Interesse nas investidas		Método usado na contabilização	Quantia escriturada dos investimentos no fim do período	
		Percentagem de interesse detido	Percentagem dos direitos de voto				Percentagem de interesse detido	Percentagem dos direitos de voto			
Subsidiárias	Moldávia - Moldes LDA	Portugal	83.00%	83.0%	MEP	702,754	Portugal	83.0%	83.0%	MEP	919,997
	Soplasnor - Soc. de Plásticos do Norte, SA	Portugal	79.90%	79.9%	A)	8,925,500	Portugal	79.9%	79.9%	A)	6,857,400
	Oli SRL	Itália	99.00%	99.0%	MEP	4,250,545	Itália	99.0%	99.0%	MEP	4,192,547
	Nuno & Gradeço, SA	Portugal	99.07%	99.07%	MEP	896,986					
Total						14,775,785					11,969,945

Legenda: MEP - Método de Equivalência Patrimonial

Nota: A empresa deixou mãe deixou de utilizar o MEP na subsidiária Soplasnor em virtude da perda ultrapassar o investimento, apenas relevou o empréstimo efetuado.

5.2 - Remunerações do pessoal chave da gestão

REMUNERAÇÕES AOS ÓRGÃOS SOCIAIS

EUR

Descrição	Período 2011	Período 2010
Conselho de Administração - Oliveira & Irmão, SA	528,764	563,177
Conselho de Administração - Soplasnor, Soc. Plásticos do Norte SA	0	0
Gerência - Moldaveiro - Moldes, Lda	76,637	48,561
Gerência - OLI SRL	123,600	119,500
Conselho de Administração - Nuno & Gradeço, SA	27,566	51,650
Total	756,568	782,888

6 – Divulgação ativos intangíveis em 31/12/2011

EUR

Descrição	Projectos de desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Com vida útil finita:						
Quantia bruta escriturada inicial	407,849	21,977	1,242,425	1,696,103		3,368,354
Amortizações acumuladas iniciais	260,877	19,935	1,190,896	226,116		1,697,823
Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	146,973	2,043	51,529	1,469,988		1,670,531
Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 + 8.5 + 8.6)	-92,114	-1,643	-31,545	-93,516	67,854	-150,965
Total das adições			2,841	20,918	67,854	91,613
Aquisições em 1.ª mão			2,841	20,918	67,854	91,613
Total das diminuições	92,114	1,643	34,386	114,434		242,578
Amortizações	92,114	1,643	34,386	114,434		242,578
Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	54,858	400	19,983	1,376,472	67,854	1,519,566

Divulgação ativos intangíveis em 31/12/2010

EUR

Descrição	Projectos de desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Com vida útil finita:						
Quantia bruta escriturada inicial	331,849	13,639	1,216,950	1,087,592	80,600	2,730,630
Amortizações acumuladas iniciais	162,393	6,536	1,153,711	113,137		1,435,777
Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	169,456	7,102	63,239	974,456	80,600	1,294,853
Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 + 8.5 + 8.6)	-98,484	-5,060	64,290	495,532	-80,600	375,678
Total das adições		1,199	20,875	608,511		630,585
Aquisições em 1.º mão		1,199	20,875	608,511		630,585
Total das diminuições	98,484	6,258	37,185	112,979		254,906
Amortizações	98,484	6,258	37,185	112,979		254,906
Transferências de AFI em curso			80,600		-80,600	
Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	70,973	2,043	127,529	1,469,988		1,670,531

7 – Divulgação ativos fixos tangíveis em 31/12/2011

EUR

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
Quantia bruta escriturada inicial	7,262,978	15,772,939	28,905,739	1,673,878	2,392,398	1,831,501	1,226,976		59,066,409
Depreciações acumuladas iniciais		5,973,845	22,254,979	1,350,593	2,108,108	1,755,304			33,442,829
Perdas por imparidade acumuladas iniciais									
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	7,262,978	9,799,094	6,650,760	323,285	284,290	76,197	1,226,976		25,623,580
Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	-94,905	-707,465	900,362	-54,717	-11,217	-45,245	77,184	50,000	113,996
Total das adições		15,276	808,961	141,133	99,393	14,666	1,877,395	50,000	3,006,824
Aquisições em 1.º mão		15,276	808,961	140,925	99,393	14,666	1,877,395		2,956,616
Outras				208				50,000	50,208
Total das diminuições		722,965	1,694,051	206,170	110,610	59,912			2,793,709
Depreciações		722,965	1,631,769	104,265	104,978	59,912			2,623,889
Alienações			38,412	100,967	5,425				144,804
Abates			23,870	938					24,808
Outras					208				208
Transferências de AFT em curso		224	1,785,452	10,320			-1,800,211		-4,214
Transferências de/para ativos não correntes deitados para venda									
Outras transferências	-94,905								-94,905
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	7,168,073	9,091,629	7,551,122	268,568	273,073	30,952	1,304,160	50,000	25,737,576

Divulgação ativos fixos tangíveis em 31/12/2010

EUR

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
Quantia bruta escriturada inicial	1,543,483	10,930,978	28,088,153	1,178,055	2,133,774	1,785,573	1,595,577		47,255,593
Depreciações acumuladas iniciais		4,868,133	21,231,614	850,760	1,782,214	1,665,295			30,398,017
Perdas por imparidade acumuladas iniciais									
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	1,543,483	6,062,844	6,856,538	327,295	351,560	120,277	1,595,577		16,857,576
Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	5,275,232	-496,247	3,305,232	-4,947	-73,269	-45,168	-368,826		7,592,006
Total das adições	5,275,232	95,035	3,672,803	165,599	31,720	27,149	2,390,740		11,658,278
Aquisições em 1.º mão	94,905	95,035	361,016	165,599	31,720	27,149	2,390,740		3,166,164
Acréscimo por rev. aloização	5,180,327		3,311,787						8,492,114
Outras									
Total das diminuições		644,359	3,074,060	170,546	104,989	72,317			6,825,837
Depreciações		622,677	762,064	132,030	94,230	72,317			1,683,318
Alienações		21,682	2,311,995	38,517	10,759				2,382,954
Transferências de AFT em curso		53,077	2,706,489				-2,759,566		2,759,566
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	6,818,715	5,566,597	10,161,770	322,348	278,291	75,109	1,226,751		24,449,582
Quantia da garantia de passivos e/ou titularidade restringida									

Divulgação sobre excedentes de revalorização dos ativos fixos tangíveis

EUR

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Total
Valor do excedente de revalorização no início do período	5,703,719	2,883,766	706,105	9,293,590
Variações do período: (2=2.1-2.2)	-523,392	-1,143,136		-1,666,528
Reforços				
Total de diminuições	523,392	1,143,136		1,143,136
Depreciações				
Perdas por imparidade				
Alienações	523,392	449,602		449,602
Abates				
Outras		693,534		693,534
Valor do excedente de revalorização no fim do período (3 = 1 + 2)	5,180,327	1,740,630	706,105	7,627,062

8 – Locações

Os contratos de locação são os seguintes:

OLIVEIRA & IRMÃO, SA

EUR

Ativos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período		Locações financeiras em vigor					Período 2011		Período 2010
		Descrição	Valor Aquisição	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados	Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados
						Começo	Fim		
Ativ os fixos tangíveis	Leasing 1	3 Prensas	438,500	CGD LEASING	CT 321144	01-08-2006	01-08-2011		62,368
	Leasing 2	Audi A6	73,402	CGD LEASING	CT 342184	10-07-2008	10-07-2013	23,752	38,291
	Leasing 3	VW Golf	19,767	CGD LEASING	CT 343644	01-09-2008	01-09-2012	3,716	8,626
	Leasing 4	Audi A4	33,329	CGD LEASING	CT 346700	20-12-2008	20-12-2012	8,361	16,588
	Leasing 5	VW Passat	30,846	CGD LEASING	CT349341	20-04-2009	20-04-2013	10,341	17,895
	Leasing 6	VW Passat	35,000	CGD LEASING	CT100047086	20-03-2011	20-03-2015	28,250	
	Leasing 7	VW Sharan	39,500	CGD LEASING	CT100049547	20-05-2011	20-05-2015	33,442	
	Leasing 8	Prensa	281,500	CGD LEASING	CT100051140	20-07-2011	20-07-2016	256,162	
	Leasing 9	VW Sharan	31,500	CGD LEASING	CT100053191	20-10-2011	20-10-2016	29,632	
	Subtotais		983,343					393,656	143,768
Ativ os fixos tangíveis	Leasing 10	Eq. Informático	175,000	BARCLAYS	CT 08.1.4489	21-07-2008	21-07-2013	56,654	91,274
	Leasing 11	Eq. Industrial	52,246	BARCLAYS	CT 07.1.3542	11-01-2008	11-01-2011		1,041
		Subtotais		227,246				56,654	92,315
Ativ os fixos tangíveis	Leasing 12	VW Golf	26,400	BBVA	CT 15393708	21-06-2010	21-06-2014	17,005	23,236
	Leasing 13	Eq. Industrial	205,700	BBVA	CT 153.93757	06-08-2010	06-08-2013	92,250	147,092
		Subtotais		232,100				109,255	170,328
Total			1,442,689.32					559,565	406,411

SOPLASNOR - SOC. PLÁSTICOS NORTE, SA

EUR

Ativos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período		Locações financeiras em vigor					Período 2011		Período 2010
		Descrição	Valor Aquisição	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos Ativos locados	Quantias escrituradas líquidas dos Ativos locados
						Começo	Fim		
Ativ os fixos tangíveis	Leasing 1	Empilhador	20,000	BSTOTTA	CT332708	15-01-2008	15-01-2013	4,497	8,525
		Subtotais		20,000				4,497	8,525
Ativ os fixos tangíveis	Leasing 2	Eq. Indust.	480,000	CAIXA LEASING	CT173476	20-07-2007	20-07-2012	59,235	157,337
		Subtotais		480,000				59,235	157,337
Total			500,000.00					63,732.77	165,862.56

Oliveira & Irmão, S.A.

Apartado 705 – Variante da Cidade – Esgueira – 3801-851 Aveiro – Portugal

Tel.: +351 234 300 200 – Fax: +351 234 300 210 – E-Mail: geral@oli.pt – Internet: www.oli.pt

MOLDAVEIRO - MOLDES, LDA

EUR

Ativos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período		Locações financeiras em vigor						2011	2010
		Descrição	Valor Aquisição	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos Ativos locados	Quantias escrituradas líquidas dos Ativos locados
						Começo	Fim		
	MO - Leasing 2	Audi A3	33,897	CGD LEASING	CT 327620	20-03-2007	20-03-2011		2,161
	Subtotais		33,897						2,161
Ativos fixos tangíveis	MO - Leasing 3	Eq. Industrial	70,000	BPI LEASING	CT 10015428	15-02-2007	15-02-2011		1,393
	Subtotais		70,000						1,393
Total			103,897						3,554

OLI SRL

EUR

Ativos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período		Locações financeiras em vigor						Período 2011	Período 2010
		Descrição	Valor Aquisição	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos Ativos locados	Quantias escrituradas líquidas dos Ativos locados
						Começo	Fim		
Ativos fixos tangíveis	OLINT - Leasing 1	Edifício	4,724,547	LEASINT, SPA	CT 221888/00471490	07-02-2000	01-10-2012	469,874	1,158,906
	Subtotais		4,724,547					469,874	1,158,906
Total			4,724,547					469,874	1,158,906

NUNO & GRADEÇO, SA

EUR

Ativos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período		Locações financeiras em vigor						Período 2011	Período 2010
		Descrição	Valor Aquisição	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos Ativos locados	Quantias escrituradas líquidas dos Ativos locados
						Começo	Fim		
Ativos fixos tangíveis	Leasing 1	Viatura 62-DR-09	18,400	Banco BPI SA	2007102642	25-06-2007	25-06-2012	1,627	5,821
	Subtotais		18,400					1,627	5,821
Ativos fixos tangíveis	Leasing 2	Viatura 05-DS-16	14,200	Banco Espírito Santo	2035056	20-06-2007	20-06-2012	1,250	3,626
	Subtotais		14,200					1,250	3,626
Total			32,600					2,877	9,447

9 – Custos de empréstimos obtidos

O empréstimo capitalizado na empresa mãe é o seguinte:

OLIVEIRA & IRMÃO, SA

QUANTIAS DE CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS CAPITALIZADOS DURANTE O PERÍODO

EUR

Descrição		Período 2011	Período 2010	Períodos anteriores	Total
Empréstimo MLP	Fomento à Construção		35,035	243,779	278,814
	Subtotais		35,035	243,779	278,814

TAXA CAPITALIZAÇÃO PARA DETERMINAR A QUANTIA DO CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS ELEGÍVEIS PARA CAPITALIZAÇÃO

EUR

Descrição	Fornecedores Investimentos		Período 2010	
	Quantias médias dos empréstimos obtidos	Taxas dos empréstimos obtidos	Quantias médias dos empréstimos obtidos	Taxas dos empréstimos obtidos
Empréstimo MLP	481,497	3.1%	1,092,611	2,3%

Os empréstimos genéricos do grupo encontram-se registados pelos valores seguintes:

EUR

Descrição	31.12.2011			31.12.2010		
	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total
Overdraft	350,057		350,057	73,712		73,712
Programa de Papel Comercial	2,200,000	9,000,000	11,200,000	6,450,000	4,700,000	11,150,000
Médio e Longo Prazo	6,511,950	3,817,681	10,329,630	5,145,916	6,062,622	11,208,538
Leasing	744,394	351,649	1,096,043	1,455,298	315,735	1,771,033
Desconto cheques pré-datados e letras	145,774		145,774	132,949		132,949
Total	9,952,175	13,169,330	23,121,505	13,257,874	11,078,357	24,336,231

10 – Inventários

Os inventários encontram-se detalhados como se segue:

QUANTIDADE ESCRITURADA

EUR

Rubricas	31-12-2011			31-12-2010		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	2,892,958	237,380	2,655,578	1,922,201	7,320	1,914,881
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2,117,122	153,121	1,964,001	2,321,806	116,277	2,205,529
Produtos acabados e intermédios	4,689,879	241,416	4,448,463	5,669,593	196,334	5,473,260
Total	9,699,958	631,916	9,068,042	9,913,600	319,931	9,593,669

11- Apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

EUR

Descrição	31-12-2011			31-12-2010		
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inv entários iniciais	2.452,896	2.321,806	4.774,702	3.036,622	3.342,573	6.379,195
Compras	7.745,128	19.352,517	27.097,645	9.794,411	13.265,938	23.060,349
Reclassificação e regularização de inv entários	86,094	29,436	115,530	427,774	0	427,774
Inv entários finais	4,035,563	2,274,517	6,310,079	1,922,201	2,321,806	4,244,007
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (5=1+2+3-4)	6,076,367	19,370,370	25,446,737	10,481,058	14,286,706	24,767,764
Outra informação relativa a a mercadorias, matérias primas, subsidiárias e de consumo:						
Ajustamentos/perdas por imparidade do período em inv entários	45,810	36,844	82,654	7,320	58,915	66,235
Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas em inv entários	237,380	153,121	390,501	0	57,362	57,362

12 – Outros rendimentos e Ganhos

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

EUR

Descrição	Total	
	2011	2010
Rendimentos Suplementares	989,033	532,628
Descontos de pronto pagamento obtidos	14,350	12,927
Ganhos em Inv entários	1,321	2,520
Rendimentos e Ganhos nos restantes Ativos Financeiros	7,971	14,439
Fornecedores	441,725	949,714
Juros Obtidos	36,014	159,377
Pessoal	2,118,452	2,192,100

13 – Subsídios do Governo e apoios do governo

Relação dos subsídios do Governo da empresa mãe, relevados nas demonstrações financeiras:

RELAÇÃO DOS SUBSÍDIOS OBTIDOS

Descrição	Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas			
	Medida	Entidade concedente	Objecto do incentivo	Forma de concessão	Começa	Fim	Já recebidas	Por receber	Total	
Exploração	POPH - Potencial Humano	Formação para a Inovação e Gestão	Fundo Social Europeu	Financeiro	Fundo perdido	10-01-2011	02-11-2012	7,153	32,764	39,917
	QREN- Quadro de referência estratégico	Sistema de Incentivos à Investigação & Desenvolvimento Tecnológico	Fundo Social Europeu	Financeiro	Fundo perdido	01-01-2011	31-12-2011	67,968		67,968
	Subtotais						75,121	32,764	107,885	
Reembolsável	ICEP	POE SIME	ICEP Portugal	Financeiro	Reembolsável e fundo perdido	07-01-2002	31-12-2004	2,012,215		2,012,215
	Totais						2,087,336	32,764	2,120,100	

14 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

EUR

Descrição	Período 2011	Período 2010
Diferenças de Câmbio		
Reconhecidas em resultados do período:		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	35,341	21,020
Diferenças de câmbio favoráveis	7,881	10,611
Líquidas e reconhecidas em capitais próprios no período		

15 – Impostos sobre o rendimento

QUANTIA ESCRITURADA DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

EUR

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	1,154,674	707,504
Imposto corrente	624,663	656,128
Imposto diferido	-79,073	-52,918
Imposto sobre o rendimento do período (4 = 2 + 3)	545,589	603,210
Tributações autónomas	60,772	63,027

16. Os instrumentos de dívida, para cobertura de risco são os que se seguem:

CONTABILIDADE DA COBERTURA POR CADA NATUREZA DO RISCO QUE ESTEJA A SER COBERTO

EUR

Descrição		31.12.2011			31.12.2010		
		Elementos cobertos			Elementos cobertos		
		Valor Nocial	Taxa Fixa	Justo valor	Valor Nocial	Taxa Fixa	Justo valor
Risco de taxa de juro de instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado	Contrato SWAP 1	5,000,000	3.60%	-90,285	5,000,000	3.60%	-216,203
	Contrato SWAP 2	2,500,000	3.75%	-82,732	2,500,000	3.75%	-135,647
	Contrato SWAP 3	-	-	-	3,750,000	3.35%	-43,624
	Contrato SWAP 4	1,500,000	4.53%	-24,431	1,500,000	4.53%	-75,390
	Contrato SWAP 5	-	-	-	62,500	4.29%	-509
	Contrato SWAP 6	5,000,000	5.15%	-357,609	5,000,000	5.15%	-473,451
	Contrato SWAP 7	-	-	-	2,000,000	4.10%	-58,205
	Contrato SWAP 8	-	-	-	2,000,000	3.48%	-46,070
	Total	14,000,000		-555,057	21,812,500		-1,049,099

CONTABILIDADE DA COBERTURA POR CADA NATUREZA DO RISCO QUE ESTEJA A SER COBERTO

EUR

Descrição		31.12.2011			31.12.2010		
		Elementos cobertos			Elementos cobertos		
		Valor Nocial	Taxa Fixa	Justo valor	Valor Nocial	Taxa Fixa	Justo valor
Risco de taxa de juro de instrumentos de dívida	Contrato SWAP 1	-	-	-	250,000	4.09%	-204
	Contrato SWAP 2	250,000	4.09%	-35	250,000	4.09%	-1,161
Total		250,000		-35	500,000		-1,365

17 – Instrumentos Financeiros
17.1 Divulgação de ativos detidos
ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

EUR

Descrição	Corrente	Não corrente	Total
Valor em 01-01-2011	15.000		15.000
Perdas por Redução de Justo Valor	800		800
Valor em 31-12-2011	14.200		14.200

17.2 Divulgação de valores de terceiros
QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	Total	
	31-12-2011	31-12-2010
Clientes	13,164,865	11,903,081
Conta Corrente	9,442,023	9,260,049
Títulos a Receber	3,805,314	2,696,978
Cobrança Duvidosa	2,838,555	1,729,412
Perdas de Imparidade	-2,921,028	-1,783,358
Fornecedores	9,133,031	8,922,085
Outras contas a pagar	3,280,733	2,831,810
Pessoal	100,618	
Fornecedores Investimentos	565,038	487,837
Credores por acréscimos de gastos- juros	86,752	327,443
Credores por acréscimos de gastos- seguros	8,618	773
Credores por acréscimos de gastos- comissões	96	
Credores por Acréscimos de Gastos - Férias e Subsídios de Férias	1,510,045	1,464,046
Credores por Acréscimos de Gastos - Outros	425,498	547,489
Outros Credores	584,067	4,221
Outras contas a receber	1,124,490	2,353,287
Pessoal	18,696	25,262
Dev edores por Acréscimos de Rendimentos	256,597	414,116
Outros Dev edores	849,197	1,913,909
Total	26,703,118	26,010,262

17.3 Provisões do exercício

EUR

Descrição	Garantias a clientes	Processos judiciais em curso	Total
Quantia escriturada inicial	60,000		60,000
Movimentos do período (2 = 2.1-2.2)	-8,930	100,000	91,070
Total de aumentos		100,000	100,000
Constituição		100,000	100,000
Total de diminuições	8,930		8,930
Uso	8,930		8,930
Quantia escriturada Final (3=1+2)	51,070	100,000	151,070

17.4 Divulgação de informação sobre o interesse conjunto da subsidiária Nuno & Gradeço SA

QUANTIA ESCRITURADA MOVIMENTO DO PERÍODO DO INTERESSE NO EMPREENDIMENTO CONJUNTO DA SUBSIDIÁRIA

Descrição	Valor
Quantia bruta escriturada inicial	53,516
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 + 3)	53,516
Parte do investidor nos resultados da investida	4,000
Distribuições recebidas da investida	58
Outros movimentos do período	-2,460
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	54,998

17.5 Divulgação de informação sobre o capital

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Capital próprio		
Capital	10.000.000	2.500.000
Prémios de emissão	4.653	4.653
Reservas legais	2.252.864	1.131.457
Outras reservas	5.068.854	10.713.397
Resultados transitados	-287.651,2	-739.091
Excedentes de revalorização	7.627.062	8.320.596
Outras variações no capital próprio	179.179	208.272
Resultado Líquido do Exercício	823.357	563.319
Interesses minoritários	-411.355	-167.136
Total	22.668.097	22.535.466

18 - Outros gastos e perdas

OUTROS GASTOS E PERDAS

EUR

Descrição	Total	
	2011	2010
Impostos	125,649	128,328
Descontos de pronto pagamento concedidos	368,456	281,979
Dívidas Incobráveis	1,863	1,037
Perdas em Inventários	170,175	370,819
Gastos e Perdas em Investimentos não Financeiros	808,757	2,108,773
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	45,394	80,380
Doativos	45,413	50,443
Quotizações	10,844	10,020
Ofertas e amostras em Inventários	76,690	33,062
Insuficiência em estimativa de Impostos	58	
Outros	383,360	405,786
Total Outros Gastos e Perdas	2,036,660	3,470,628

19 – Juros e gastos similares suportados

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

EUR

Rubricas	Total	
	2011	2010
Juros Suportados	1,996,912	2,008,832
Total Juros e Gastos Similares Suportados	1,996,912	2,008,832

20 – Divulgações exigidas por diplomas legais

HONORÁRIO FACTURADOS PELOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

EUR

Descrição		2011			2010		
		Honorários facturados	Efeitos das periodizações	Total	Honorários facturados	Efeitos das periodizações	Total
66.º-A	Revisão legal das contas	26,626		26,626	29,913		29,913
508.º-F							
66.º-A	Outros serviços				363		363
508.º-F							
Total		26,626		26,626	30,276		30,276

20.1 Informação de garantias prestadas

GARANTIAS PRESTADAS

EUR

Descrição	Beneficiário	Valor
Millenium BCP	Tribunal de Trabalho de Águeda	10,326
Total		10,326

20.2 Informação de vendas por mercados

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ACTIVIDADE E MERCADOS GEOGRÁFICOS

Descrição	2011				2010			
	Imobiliária	Comercial	Industrial	Total	Imobiliária	Comercial	Industrial	Total
Portugal	370,000	6,211,138	7,634,824	14,215,962	1,812,500	4,458,123	1,553,932	7,824,555
Outros		940,070	36,821,623	37,761,693		8,105,185	36,176,004	44,281,188
Total	370,000	7,151,209	44,456,447	51,977,656	1,812,500	12,563,308	37,729,935	52,105,743

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

VII. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Consolidadas

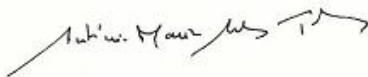
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram submetemos à apreciação dos Exmos. Srs. Accionistas o nosso relatório e parecer sobre o Relatório e Contas Consolidadas elaborado pela Administração da OLIVEIRA & IRMÃO, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.
2. Tendo em vista a observância do disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, procedemos ainda à análise das Certificações Legais das Contas elaboradas pelos Revisores Oficiais de Contas das sociedades incluídas na Consolidação e da Certificação Legal da Consolidação que nos foi facultada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas da sociedade, documentos estes que, por merecerem a nossa concordância se dão aqui como integralmente reproduzidos.
3. Em face do exposto acima somos de parecer que a Assembleia Geral Anual aprove:

O Relatório Consolidado de Gestão bem como as Contas Consolidadas apresentadas pela Administração.

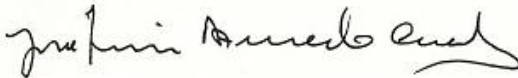
Aveiro, 5 de Abril de 2012

O CONSELHO FISCAL



Dr. António Maria Antas Teles

- PRESIDENTE



Eng.º José Luís Azevedo Cacho

- VOGAL



Dr. Artur Armando Frederico Moreira (ROC n.º 848)

- VOGAL E ROC

VIII. Certificação Legal de Contas – Contas Consolidadas

MOREIRA & NADAIS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Inscrita na OROC sob o nº. 202
Contribuinte nº. 507 707 192

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **OLIVEIRA & IRMÃO, S.A.**, as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de 60.922.514 euros e um total de capital próprio de 22.668.097 euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 823.357 euros), a Demonstração consolidada dos Resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a Demonstração consolidada dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada do conjunto das Empresas englobadas na consolidação, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - (ii) a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- (iii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **OLIVEIRA & IRMÃO, S.A.** em 31 de Dezembro de 2011, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Porto, 5 de Abril de 2012

MOREIRA & NADAIS,
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.
Representada por


Artur Armando Frederico Moreira, ROC n.º 848